

CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL





ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	9
INTRODUÇÃO	
Estudantes no ensino superior: um balanço	11
Operacionalização da pesquisa	12
PARTE I TRAJECTÓRIAS ESCOLARES E PROFISSIONAIS	
1. Trajectos escolares	17
1.1 Trajectos anteriores de escolarização	17
1.2 Expectativas sobre os tempos de escolarização	21
2. Experiências profissionais	24
2.1 Formação vocacional e actividade profissional antes do acesso ao ensino superior	24
2.2 Estudantes trabalhadores	27
PARTE II CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA: RECURSOS, CONSUMOS E AUTO-AVALIAÇÕES	
3. Família, contextos e recursos	31
3.1 Caracterização sociofamiliar	31
3.2 Contextos e condições sociais de vida das famílias	33
3.3 Recursos socioeconómicos provenientes da família	40
3.4 Avaliações sobre bem-estar material e condições de alojamento	43
4. Estado e apoios públicos	44
4.1 Apoios públicos à escolarização: uma caracterização dos estudantes apoiados	44
4.2 Caracterização das origens familiares dos beneficiários directos	47
4.3 Avaliações dos beneficiários sobre as suas condições de vida	51
5. Trabalho, investimentos e meios de vida	52
5.1 Padrões de rendimentos por condição perante o trabalho	52
5.2 Fontes de rendimentos por condição perante o trabalho	58
5.3 Contextos de residência por condição perante o trabalho	61
5.4 Relação entre trabalho remunerado e estudos: um balanço	63
6. Padrões de consumo e práticas sociais	66
6.1 Despesas dos estudantes por contextos de residência e ensino	66
6.2 Práticas sociais: o exemplo dos transportes e da alimentação	72
6.3 Avaliações sobre condições de vida	75
PARTE III PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	
7. Percursos internacionais	77
8. Competências em línguas estrangeiras	79
Referências bibliográficas	83



ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1.1	Via de acesso ao ensino superior segundo o sexo (em percentagem)	17
Quadro 1.2	Alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade de ensino (em percentagem)	18
Quadro 1.3	Via de acesso ao ensino superior segundo o grupo etário (em percentagem)	19
Quadro 1.4	Via de acesso ao ensino superior por tipo de instituição de ensino (em percentagem)	20
Quadro 1.5	Estudantes do 1.º ciclo do ensino superior por grupos etários (em percentagem)	21
Quadro 1.6	Estudantes do 1.º ciclo segundo representações sobre a duração do curso, por sexo e idade (em média de anos)	22
Quadro 1.7	Estudantes do 1.º ciclo segundo a duração do curso (plano de estudos e representações), por contextos educacionais (em média de anos)	23
Quadro 2.1	Experiência de trabalho/formação profissional antes da entrada no ensino superior, por sexo, idade e situação conjugal dos estudantes (em percentagem)	24
Quadro 2.2	Experiência de trabalho/formação profissional antes da entrada no ensino superior, por instituição de ensino e área de estudo (em percentagem)	26
Quadro 2.3	Condição perante o trabalho actual por experiência profissional anterior (em percentagem)	27
Quadro 2.4	Estudantes por condição perante o trabalho, sexo e grupo etário, segundo a situação familiar e residência (em percentagem)	28
Quadro 2.5	Tempo semanal dedicado a trabalho remunerado (em percentagem)	29
Quadro 2.6	Relação entre ter um trabalho remunerado e tempo semanal dedicado a actividades lectivas e estudo pessoal (em percentagem)	29
Quadro 3.1	Indicadores de caracterização familiar por sexo (em percentagem)	31
Quadro 3.2	Indicadores de caracterização familiar por idade (em percentagem)	32
Quadro 3.3	Condição perante o trabalho dos pais e mães dos estudantes, por comparação com a população portuguesa, e taxa de pais/mães falecidos (em percentagem)	34
Quadro 3.4	Condição perante o trabalho dos pais e mães dos estudantes segundo o tipo de estabelecimentos de ensino (em percentagem)	35
Quadro 3.5	Categorias socioprofissionais dos pais e das mães dos estudantes por tipo de estabelecimento de ensino e sexo (em percentagem)	36
Quadro 3.6	Categorias socioprofissionais dos pais e das mães segundo o tipo de estabelecimento de ensino e comparação com a sociedade portuguesa (em percentagem)	37
Quadro 3.7	Níveis de escolaridade e categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem por tipo de estabelecimento de ensino e comparação com a sociedade portuguesa (em percentagem)	38
Quadro 3.8	Rendimentos líquidos mensais do grupo doméstico de origem, por tipo de estabelecimento de ensino (em percentagem)	39
Quadro 3.9	Fontes de rendimentos (valores médios mensais em euros)	40

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 3.10	Fontes e quantitativos de rendimentos de que beneficiam por ciclo de ensino superior que frequentam (valores médios mensais em euros e percentagem em coluna)	41
Quadro 3.11	Rendimentos provenientes da família por contexto de residência e tipo de estabelecimento de ensino (valores médios mensais em euros)	42
Quadro 3.12	Avaliação de condições de alojamento e bem-estar material (em percentagem)	43
Quadro 4.1	Perfil dos estudantes que beneficiam de apoio directo do estado segundo o ciclo de formação, o sexo, a idade e o tipo de estabelecimento (valores médios em euros e percentagem)	44
Quadro 4.2	Estudantes que beneficiam de apoios directos do estado e outros, segundo fontes de rendimentos (valores médios em euros e percentagem)	46
Quadro 4.3	Estudantes que beneficiam de apoios directos do estado e outros, segundo os rendimentos líquidos mensais dos pais (em percentagem)	47
Quadro 4.4	Estudantes do 1.º ciclo que beneficiam de apoio directo do estado e outros segundo as categorias socioprofissionais e níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem (valores médios em euros e percentagem)	48
Quadro 4.5	Estudantes do 1.º ciclo em residências escolares segundo os rendimentos líquidos mensais dos pais (em percentagem)	50
Quadro 4.6	Estudantes do 1º ciclo em residências escolares segundo os níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem (em percentagem)	50
Quadro 4.7	Avaliação das condições de vida segundo o perfil dos estudantes que beneficiam de apoio directo do estado (em percentagem)	51
Quadro 5.1	Estudantes por condição perante o trabalho, segundo as fontes de rendimento de que beneficiam e escalões de rendimentos por sexo (valores médios em Euros e percentagem)	53
Quadro 5.2	Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões de rendimentos e tipo de estabelecimento de ensino (em percentagem)	54
Quadro 5.3	Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões de rendimentos e área de estudo (em percentagem)	55
Quadro 5.4	Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões rendimentos e origens socioprofissionais (em percentagem)	56
Quadro 5.5	Estudantes por condição perante o trabalho e origens socioeducacionais, segundo escalões rendimentos (em percentagem)	57
Quadro 5.6	Estudantes por condição perante o trabalho e sexo, segundo as fontes de rendimentos (valores médios em euros)	59
Quadro 5.7	Estudantes por condição perante o trabalho e grupo etário, segundo as fontes de rendimentos (valores médios em euros)	60
Quadro 5.8	Estudantes por condição perante o trabalho e padrões de residência, segundo as fontes e quantitativos médios de rendimentos (valores médios em euros)	61
Quadro 5.9	Estudantes com residência independente por condição perante o trabalho e sexo, segundo as fontes e escalões de rendimentos (valores médios em euros e percentagem)	62

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 5.10	Relação entre actividades de trabalho remunerado e de estudo, por sexo e grupo etário (em percentagem)	64
Quadro 5.11	Satisfação com bem-estar material e carga de trabalho, por condição perante o trabalho dos estudantes (em percentagem)	65
Quadro 6.1	Ítems e quantitativos médios mensais de despesas por contextos de residência dos estudantes (valores médios em euros e percentagem)	67
Quadro 6.2	Ítems e quantitativos médios mensais de despesas por região do estabelecimento de ensino (valores médios em euros e percentagem)	69
Quadro 6.3	Ítems e quantitativos médios mensais de despesas por subsistema e sector de ensino (valores médios em euros e percentagem)	71
Quadro 6.4	Meio de transporte utilizado nas deslocações casa/escola, por distância entre residência e estabelecimento de ensino, região de estudo e contextos de residência (em percentagem)	72
Quadro 6.5	Local de refeições por distância entre residência/estabelecimento de ensino, região de estudo e contextos de residência (em percentagem)	74
Quadro 6.6	Avaliações dos estudantes sobre a respectiva situação financeira (percentagem em coluna)	75
Figura 7.1	Indicadores de caracterização dos percursos de internacionalização (em percentagem)	77
Quadro 7.1	Taxa de mobilidade internacional segundo o tipo de instituição (em percentagem)	78
Quadro 7.2	Fontes de financiamento relacionadas com actividades de estudo no estrangeiro (em percentagem)	78
Quadro 8.1	Proficiência em línguas estrangeiras (em percentagem)	79
Quadro 8.2	Proficiência em línguas por mobilidade internacional (em percentagem)	80
Quadro 8.3	Proficiência em línguas por escolaridade dos pais (em percentagem)	81





APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Nas últimas décadas, o crescimento do ensino superior em Portugal impulsionou a diversificação do perfil social dos indivíduos que acedem a este nível de escolaridade. O alargamento aqui implicado tende a favorecer a recomposição socioprofissional e a modernização das estruturas sociais, bem como dos contextos económicos mais abrangentes. Esta evolução segue contudo ritmos relativamente mais lentos dos que se verificam noutros contextos, colocando o país numa posição ainda distante da média europeia. A melhoria dos padrões educacionais da população activa portuguesa, em parte sustentada na evolução positiva da oferta deste patamar de ensino é, pois, um dos primeiros desafios nacionais na procura activa de um aumento da competitividade e promoção da convergência real em relação aos restantes membros da União Europeia.

Desta forma, o objectivo global da presente pesquisa é a análise da evolução e a comparação das condições de vida dos estudantes do ensino superior, numa dupla perspectiva: de caracterização aprofundada da realidade nacional e de contextualização no espaço europeu.

Neste quadro, o estudo das condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal, e o seu desenvolvimento numa perspectiva comparada à escala europeia, constitui um pilar decisivo para a tomada de decisões económicas e políticas, e para um tipo de análise que se pretenda situar numa escala transnacional.

Para tal, tomou-se por referência um inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa dos estudantes do ensino superior politécnico e universitário, dos sectores público e privado, condensando uma diversidade de indicadores de caracterização social e económica das suas condições de vida.

A publicação que aqui se apresenta constitui um contributo de análise da componente nacional, estando disponível online uma perspectiva de comparação europeia (que inclui especificações dos perfis nacionais dos países participantes no estudo), no site do Eurostudent.¹

O desenvolvimento desta publicação consubstancia-se em três partes fundamentais:

Numa primeira parte, analisam-se as trajectórias escolares e profissionais dos estudantes que frequentam actualmente o ensino superior em Portugal, perspectivando alguns dos perfis centrais que diferenciam os percursos desta população.

Seguidamente, numa segunda parte, desenvolve-se um enfoque sobre as condições sociais de vida destes estudantes, tendo em conta, simultaneamente, os seus recursos, consumos e auto-avaliações. Sendo esta uma das problemáticas centrais, e talvez mais inovadora, da presente pesquisa, procura-se com ela dar relevo aos contextos que, de forma preponderante, enquadram as respectivas condições de existência, nomeadamente em esferas como a família, o estado e o trabalho; associando ainda uma perspectiva de práticas sociais e de padrões de rendimentos e de consumos.

Finalmente, numa terceira parte, confere-se visibilidade a um dos pontos charneira na agenda política na área da educação, respeitante aos processos de mobilidade internacional dos estudantes.

¹ A página do Eurostudent está disponível em <http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/frameset.htm>



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Estudantes no ensino superior: um balanço

Nos últimos 30 anos, a frequência no ensino superior conheceu uma clara abertura. A década de 1980 foi aquela em que o sentido deste crescimento, sustentado quer pelo sector público quer pelo privado, deu sinais mais expressivos de que se tratava, ao nível das perspectivas políticas e das expectativas sociais, de um processo sem retorno. No entanto, e apesar de num período alargado se verificar um aumento contínuo, a distância existente face a uma Europa mais qualificada é ainda relevante. Isto tanto devido a um abrandamento recente deste crescimento (sobretudo, desde o final da década de 1990), como decorrente do grande atraso da estrutura de qualificações de que se partiu na transição para a democracia.

Assim, sublinhando algumas tendências gerais deste processo, importa evidenciar o crescimento, bastante expressivo, do número de estudantes que acedem ao ensino superior em Portugal. Num período de pouco mais de uma década (1991-2002), o quantitativo global de jovens que frequentam este patamar de ensino passa de cerca de 190 mil alunos para perto de 400 mil.² Considerando ainda este arco temporal, em termos médios, inscrevem-se, pela 1.ª vez, no 1.º ano dos cursos de bacharelato e licenciatura, sensivelmente, cerca de 67 mil jovens, enquanto os diplomados, por ano, são em termos médios mais do que 50 mil.

De realçar, ainda, nas tendências identificadas, a forte preponderância das raparigas, claramente em maioria, quer no conjunto de matriculados, quer no subconjunto dos que se inscrevem pela 1.ª vez nos cursos de 1.º grau do ensino superior (com uma presença, nos dois indicadores, de 57%). Além disso, elas, mais do que eles, levam até ao fim o seu programa de estudos superiores (sensivelmente 2/3 dos diplomados são mulheres).

Tomando por referência tal panorama, assinala-se a relativa estagnação que se observou nos últimos anos. Espera-se que os resultados da presente pesquisa, com a análise aprofundada das condições socioeconómicas dos estudantes, contribua para a compreensão de alguns dos mecanismos que poderão estar na base desse abrandamento. Ele tem-se observado, mesmo quando várias pesquisas dão conta do valor que tem a certificação do ensino superior no mercado laboral, quer na capacidade de adaptação e empregabilidade, quer ainda ao nível da recuperação do investimento em educação (ver, por exemplo, Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000; Mauritti, Martins e Costa; 2004; Portugal, 2004).

Enfatizando alguns dados relativos ao conjunto dos países da UE, em Portugal não chegam a 12% os que, com idades entre 25 e 64 anos, possuem um diploma do ensino superior.³ Em comparação, a média da União Europeia (UE15), na mesma data, é de 22%. Num período mais recente, e contando já com o alargamento a 25 estados-membros, têm patamares próximos dos nossos países como a Polónia, a República Checa e a Eslováquia, situando-se todos os restantes acima desse limiar e, outros, como o Chipre, a Estónia e a Lituânia, excedem em grande medida a média da formação da anterior UE (a 15 países), com 29%, 30% e 44%, respectivamente, de diplomados do ensino superior.⁴

² Segundo fontes da DGES/MCIES, OCES/MCIES (dados facultados à equipa) e INE (em <http://www.ine.pt/PI/genero/Principal.aspx>, consultado em 04-01-2005).

³ INE, Censos 2001.

⁴ Eurostat, Inquérito ao Emprego, 2002.

Os padrões de escolaridade ficam melhorados nas gerações mais novas, como seria de esperar, mas a posição relativa de Portugal no contexto europeu agrava-se ligeiramente. No grupo etário dos 25 aos 34 anos, a percentagem não chega aos 17%. Comparando com outros, porventura com níveis de desenvolvimento mais próximo, encontram-se valores bastante mais elevados, como os da Grécia (23%), da Irlanda (31%) e da Espanha (37%).

Os processos de recomposição social envolvidos na qualificação das populações, quer quanto à amplitude dos universos sociais abrangidos, quer quanto à capacitação cultural e mutação de estilos de vida, têm implicações fortes nas possibilidades de aumento da competitividade e promoção da convergência real na União Europeia (Martins, Mauritti e Costa, 2004).

Operacionalização da pesquisa

A propósito da experiência portuguesa sobre a aplicação do Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior, pretende-se aqui registar alguns dos aspectos de relevo na concretização de um processo através do qual foi possível extrair dados comparáveis com outros países da UE e, simultaneamente, enquadrar as especificidades de uma operação como esta em Portugal.

Nesta perspectiva, sublinham-se alguns dos procedimentos seguidos no sentido da produção de informação comparável, bem como, de forma complementar, informação de especificidade nacional.

A operacionalização da pesquisa teve como principal referência empírica um inquérito por questionário à população estudantil do ensino superior, integrando os conteúdos internacionalmente enunciados, bem como na medida do possível, a sequência dos mesmos na estrutura do próprio instrumento de recolha de informação.⁵

O questionário aplicado incorpora as seguintes partes:

1. Caracterização pessoal;
2. Percurso escolar;
3. Situação escolar actual;
4. Condições de vida;
5. Mobilidade internacional;
6. Caracterização familiar.

⁵ Ver "Manual Eurostudent-Questionnaire 2003/04", em <http://www.his.de>.

INTRODUÇÃO

Foram ainda incluídos no questionário nacional alguns indicadores complementares que não constavam no de comparação internacional, nomeadamente:

- Questões relativas ao “meio de transporte utilizado nas deslocações entre a residência (em período lectivo) e a instituição de ensino” e ao “local onde habitualmente o estudante faz as suas refeições”;
- No elenco de despesas mensais dos estudantes foi integrado um novo indicador: o custo em “material informático e despesas com a internet”. No tratamento dos dados para a comparação europeia este indicador foi incluído em “outras” despesas;
- Questões como as relativas à “via de acesso ao ensino superior” e à “residência em período lectivo” foram desagregadas, procedimento que, não comprometendo a comparação europeia, permite uma leitura mais fina sobre a realidade portuguesa.

No que respeita aos procedimentos de construção da amostra, e na impossibilidade de implementar, em tempo útil, um método de amostragem probabilístico (aleatório), construiu-se uma amostra por quotas (proporcional), de modo a garantir a representação da diversidade social que caracteriza actualmente a população estudantil em relação a algumas variáveis chave, e assegurar a utilização de critérios de selecção objectivos ao longo de todas as fases do processo.⁶

Para a construção de uma amostra por quotas tomou-se como referência os últimos dados do então Ministério da Ciência e do Ensino Superior relativos ao universo de estudantes a frequentar o ensino superior em Portugal, os quais se reportam ao ano 2002/03. A partir da informação disponível determinou-se, numa primeira fase, o número total de alunos nesse universo segundo estratos, combinando as seguintes variáveis:

- Sector de ensino e subsistema. Primeiro, são consideradas duas categorias: ensino superior público e ensino superior privado (incluindo nesta categoria a Universidade Católica). Depois, a diferenciação entre ensino universitário e politécnico;
- Região. Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve e Ilhas;
- Área de estudo. Educação, Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Gestão e Direito; Ciências; Engenharias; Agricultura; Saúde e Similares; Serviços.
- Grau académico. Graduados e pós-graduados.

A amostra envolveu 3000 estudantes. Determinado o peso de cada estrato, a partir da combinação das variáveis no universo dos estudantes no ensino superior, os casos foram distribuídos pelos mesmos estratos de forma proporcional ao universo.⁷

A determinação do número de questionários a realizar em cada curso foi proporcional ao peso desse curso no respectivo sector de ensino e tipo de instituição (subsistemas de ensino), região, área de estudo e grau académico.

⁶ Não foi possível utilizar o método amostral aleatório no período da pesquisa em causa, uma vez que tem como condição prévia a existência de uma base de sondagem com informação nominal (nomes e moradas) dos alunos matriculados no ensino superior. É uma informação não disponível, em termos nacionais, actualmente.

⁷ Se se tratasse de uma amostra probabilística, o quantitativo de 3000 questionários garantiria um intervalo de confiança de 95% e um erro de 1,8%.

INTRODUÇÃO

Complementarmente, teve-se em conta ainda alguns critérios que, para além dos amostrais, constituíram processos de implementação de maior rigor e diversidade no interior de cada estrato fixado. Estes critérios, considerados no momento de aplicação, foram os seguintes:

- Garantir a inclusão de todas as Universidades e Institutos Politécnicos;
- Dar prioridade aos cursos com maior peso em cada área de estudos;
- Diversificar os cursos e anos a inquirir segundo critérios quantitativos.⁸

A aplicação dos questionários, no primeiro semestre de 2004, decorreu em contexto de sala de aula com a presença de um técnico-entrevistador. Todos os técnicos envolvidos nesse processo tiveram uma formação específica onde foram apresentados os objectivos da investigação, o sentido dado às questões do inquérito, os procedimentos de aplicação, etc. A todos os técnicos foi facultado um manual sobre o questionário para que pudessem ter um conhecimento integral desse instrumento. Aos alunos de doutoramento, cuja aplicação não teve lugar em sala de aula, foram-lhes dadas informações específicas sobre o seu preenchimento e, complementarmente, facultou-se-lhes um manual adequado à sua situação.

Em relação à análise de dados revelaram-se cruciais os procedimentos implicados quer na comparação europeia, quer no teste e validação da informação recolhida.

⁸ Para obter informação mais detalhada sobre procedimentos de aplicação ver Martins e Mauritti (2004)





TRAJECTÓRIAS ESCOLARES E PROFISSIONAIS



1. TRAJECTOS ESCOLARES

1.1. Trajectos anteriores de escolarização

Os estudantes que chegam ao ensino superior transportam consigo socializações escolares e especificidades de formação diversificadas. Observa-se, no entanto, que, na transição do ensino secundário para o superior, a via de acesso mais massificada são os cursos gerais do ensino secundário (83%).

Quadro 1.1 Via de acesso ao ensino superior segundo o sexo (em percentagem)

Via de acesso	HM	H	M
Cursos gerais			
Científico-natural	45,9	52,1	41,6
Artes	6,7	8,7	5,5
Económico-social	9,2	8,0	10,0
Humanidades	21,6	10,5	28,9
sub-total	83,4	79,3	86,0
Cursos tecnológicos			
Científico-natural	5,0	9,8	1,9
Artes	1,6	1,7	1,6
Económico-social	2,0	1,3	2,5
Humanidades	1,3	0,6	1,7
sub-total	9,9	13,3	7,6
Ensino recorrente			
Curso geral	2,3	2,1	2,5
Curso técnico	1,2	1,6	0,9
sub-total	3,5	3,7	3,4
Outra	2,9	3,0	2,9
Via ad hoc	0,3	0,7	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Nota: O ensino artístico especializado não tem expressão no panorama do ensino superior (frequência 0,0%).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

As estudantes reforçam o peso desta via (86%) por relação aos rapazes (79%). Os cursos tecnológicos constituem, enquanto acesso ao ensino superior, uma via mais masculina (com 13% para os rapazes, e 8% para as raparigas). O ensino recorrente, embora com pouco peso, é a terceira via de proveniência dos alunos do ensino superior, tendo uma distribuição equiparada nos dois sexos (quadro 1.1).

No âmbito dos cursos gerais, a preponderância da formação científico-natural (46%) é esmagadora, sendo as artes a componente formativa mais marginal (7%). Embora com uma distribuição também mais concentrada na via científico-natural, as raparigas reforçam a formação de humanidades (29%), quase triplicando o peso relativo de rapazes (11%).

1. TRAJECTOS ESCOLARES

Os estudantes com proveniência no ensino artístico especializado praticamente não marcam presença no superior. Tal pode ficar a dever-se à própria estrutura de formação do secundário, onde esta modalidade de ensino tem pouco relevo; e também à inserção laboral precoce decorrente da certificação profissional que este tipo de formação promove (quadro 1.1 e 1.2).

Quadro 1.2 Alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade de ensino (em percentagem)

Modalidade de ensino	%
Cursos gerais	54,7
Cursos tecnológicos	16,0
Ensino artístico especializado	0,7
Ensino Profissional	9,6
Ensino Qualificante	0,2
Ensino recorrente	18,8
Total	100,0

Notas: Só inclui os dados referentes aos estabelecimentos de ensino; Portaria 550-A/2004, de 21 de Maio.

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Recenseamento Escolar Anual 2004/2005: Inquérito Preliminar

Confrontando os dados dos quadros 1.1 e 1.2, este último respeitante à distribuição dos matriculados no secundário por modalidades de ensino, é notória a sobre-representação dos cursos gerais no ensino superior — reflexo da sua orientação no sentido do prosseguimento de estudos. Na passagem para o superior o seu peso acresce quase 30%.

O ensino recorrente, que no secundário envolve quase 1/5 da população, não tem expressão no mais alto patamar de escolarização (quadro 1.1 e 1.2). Tal pode significar que esta via é, sobretudo, preenchida por alunos com baixas expectativas em termos do seu percurso escolar. As outras modalidades, onde se inclui o ensino profissional, têm um peso residual (3%).

1. TRAJECTOS ESCOLARES

Quadro 1.3 Via de acesso ao ensino superior segundo o grupo etário (em percentagem)

Via de acesso	Grupos etários			
	até 20 anos	20 a 23 anos	24 a 27 anos	28 e mais anos
Cursos gerais				
Científico-natural	47,4	46,6	45,0	33,4
Artes	8,4	7,2	6,1	2,4
Económico-social	12,1	8,6	8,4	7,9
Humanidades	22,3	22,4	16,3	20,6
sub-total	90,2	84,8	75,8	64,3
Cursos tecnológicos				
Científico-natural	3,3	5,0	7,6	4,9
Artes	1,4	1,8	2,3	0,0
Económico-social	2,5	1,9	2,8	1,2
Humanidades	0,9	1,5	0,8	1,8
sub-total	7,9	10,1	13,5	7,9
Ensino recorrente				
Curso geral	0,3	2,2	4,3	7,3
Curso técnico	0,4	0,9	1,8	6,7
sub-total	0,7	3,2	6,1	13,9
Outra	1,2	2,0	4,6	9,1
Via ad hoc	0,0	0,0	0,0	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004

De acordo com os escalões etários, os trajectos dos estudantes no acesso ao ensino superior mostram-se diversificados.⁹ Se acima de 90% dos estudantes com menos de 20 anos entraram no ensino superior por via dos cursos gerais, nos alunos com mais de 27 anos tal peso diminui bastante, situando-se nos 64%. Parte desta diferença pode dar conta de percursos distintos que atravessaram, por exemplo, trajectórias escolares pautadas pelo insucesso ou por percursos profissionais que se iniciaram antecipadamente ou, ainda, os dois factores em simultâneo (quadro 1.3). A dar consistência a estes cenários possíveis está o reforço do ensino recorrente neste segmento etário.

A possibilidade através de exames *ad hoc*, que diz respeito a percursos de escolaridade que são interrompidos e retomados por esta via, apenas ganham sentido no escalão de alunos com mais de 27 anos, sendo uma opção concretizada por 5% dos estudantes deste segmento etário.

Também o subsistema e sector de frequência dos alunos são em parte determinados por uma experiência de escolarização anterior, portadora, ela própria, de um determinado perfil formativo (quadro 1.4).

⁹ A selecção destes grupos etários prende-se com duas ordens de razões: a) são os utilizados no projecto europeu Eurostudent; e b) a moda e o percentil 25 encontram-se nos 20 anos de idade destes estudantes e os 23 anos marcam o percentil 75, fronteiras que definem, em parte, os três primeiros escalões apresentados.

1. TRAJECTOS ESCOLARES

Quadro 1.4 Via de acesso ao ensino superior por tipo de instituição de ensino (em percentagem)

Via de acesso	Tipo de instituição de ensino			Total
	Público universitário	Público politécnico	Particular e cooperativo	
Cursos gerais				
Científico-natural	49,4	47,6	38,6	45,9
Artes	3,8	6,1	11,9	6,7
Económico-social	8,9	14,3	4,6	9,2
Humanidades	26,8	8,4	26,6	21,5
sub-total	88,9	76,4	81,7	83,3
Cursos tecnológicos				
Científico-natural	4,9	8,4	1,8	5,0
Artes	0,3	3,4	1,9	1,6
Económico-social	0,7	4,4	1,6	2,0
Humanidades	0,8	0,6	2,6	1,3
sub-total	6,7	16,8	7,9	9,9
Ensino recorrente				
Curso geral	1,2	2,5	4,0	2,4
Curso técnico	0,4	1,8	1,9	1,2
sub-total	1,6	4,3	5,9	3,6
Outra	2,6	2,4	3,8	2,9
Via ad-hoc	0,2	0,1	0,7	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Observando, por agora, apenas o peso do acesso através dos cursos gerais, verifica-se que, sendo uma via altamente maioritária em todos os sectores, existem, ainda assim, diferenças assinaláveis (quadro 1.4). Onde esta via se repercute mais é no ensino público universitário (com 89%) e menos no público politécnico (com 76%). Se se observar as subcategorias respeitantes à via "cursos gerais", outras variações merecem alguma atenção. O ensino particular e cooperativo é aquele que regista um menor peso de alunos provenientes do científico-natural (39%), contrastando com os quase 50% do universitário público. Tal pode ficar-se a dever à exiguidade de oferta nos ramos das engenharias, tecnologias e ciências por parte do sector privado. É ainda neste sector que se reforça a via das artes como forma de acesso ao superior, que, com um peso de 12%, dobra os valores do politécnico e triplica os valores do universitário (sector público). O ensino politécnico público é de todos aquele em que a via económico-social é mais preponderante (14%).

No que diz respeito aos cursos tecnológicos, com uma capacidade muito menor do que os anteriores para transporem alunos para o ensino terciário (10%), têm no politécnico a sua maior expressão (17%). Tal seria expectável pela vertente mais profissionalizante e prática deste subsistema de

1. TRAJECTOS ESCOLARES

ensino e com uma forte afirmação na oferta formativa na área das engenharias e tecnologias. O ensino universitário público é o que acolhe em menor proporção estes estudantes (7%).

O ensino recorrente, frequentado por estudantes mais velhos, tem como porta de entrada para o superior sobretudo o sector particular e cooperativo (com 6% dos seus estudantes a terem origem neste tipo de formação). Tal tendência seria expectável, pois estes estudantes são, muitas vezes, aqueles que acumulam os estudos no superior com uma actividade profissional e, portanto, o privado surge-lhes como alternativa por possíveis classificações insuficientes para a entrada no público ou pela especificidade da oferta.

1.2. Expectativas sobre os tempos de escolarização

A leitura dos quadros anteriores dá conta das trajectórias escolares concretizadas até à entrada no ensino superior. Nos dados apresentados seguidamente analisam-se as perspectivas de permanência no sistema de ensino.

Quadro 1.5 Estudantes do 1.º ciclo do ensino superior por grupos etários (em percentagem)

Grupos etários	%
Até de 20 anos	20,1
de 20 a 23 anos	60,2
de 24 a 27 anos	13,9
27 e mais anos	5,8
Total	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Quando se analisa a distribuição de estudantes em cursos de bacharelato ou licenciatura por grupos etários, um desenho de ciclo de vida em torno das qualificações escolares torna-se evidente. De acordo com os dados apresentados (quadro 1.5), os indivíduos que se situam hoje nessas formações do ensino superior têm, na sua grande maioria, até 23 anos (mais de 80%), diminuindo significativamente nos escalões seguintes. A partir do grupo etário que engloba os indivíduos com mais de 27 anos, o peso é consideravelmente menor (6%), revelando a formação ao longo da vida como um aspecto quase marginal nos padrões de qualificações em Portugal, nomeadamente no que diz respeito no ensino superior.

Tomando a entrada no ensino superior como o início de uma nova etapa do percurso escolar, existem, também aí, diferenças de acordo com os contextos e especificidades desses estudantes.

Os valores médios apresentados no quadro 1.6 referem-se ao tempo (em anos) que os estudantes do 1º ciclo do ensino superior consideram necessário para a conclusão do curso que estão a frequentar. Seis anos é o valor que, de facto, em média, tomam como mais provável.

1. TRAJECTOS ESCOLARES

Quadro 1.6 Estudantes do 1.º ciclo segundo representações sobre a duração do curso, por sexo e idade (em média de anos)

Indicadores	Média
Sexo	
Masculino	6 (6,3)
Feminino	6 (5,5)
Idade	
Até 20 anos	6
de 20 a 23 anos	6
de 24 a 27 anos	6
27 e mais anos	6

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A idade não introduz aqui diferenças relevantes. Os valores médios por sexo também não traduzem variações significativas, embora as raparigas evidenciem maior rapidez na formação que desenvolvem (sendo a diferença entre estas e os rapazes de quase um ano) (ver quadro 1.6).

Do ponto de vista das trajetórias pautadas pelo tipo de formação, alguns contrastes são dignos de nota. No que diz respeito às áreas de estudo, a educação, e as humanidades e artes, apresentam-se com planos de estudos mais curtos e, ainda assim, com uma duração de quatro anos. Todas as outras áreas apresentam em média cinco anos (claro está, com ligeiras diferenças internas) (quadro 1.7).

Os cursos cujos alunos calculam ter maior duração efectiva (em média, sete anos) inscrevem-se em áreas como as ciências, as engenharias e a agricultura. Estas denunciam ritmos mais lentos de concretização, dando conta de percursos de certificação mais demorados do que nas restantes. As diferenças entre os tempos previstos nos planos de estudos e a forma como os estudantes avaliam os tempos efectivos de formação são mais elevadas nas ciências e nas engenharias (em praticamente dois anos). E onde existe uma maior concordância entre esses dois indicadores é na educação e na saúde (quadro 1.7).

1. TRAJECTOS ESCOLARES

Quadro 1.7 Estudantes do 1.º ciclo segundo a duração do curso (plano de estudos e representações), por contextos educacionais (em média de anos)

Contextos educacionais	Duração do curso		
	Plano de estudos (1)	Representações (2)	Diferença (2-1)
Área de Estudo			
Educação	4,0	4,2	0,2
Humanidades e artes	4,2	5,2	0,9
Ciências sociais, gestão e direito	4,5	5,7	1,1
Ciências	4,6	6,6	2,0
Engenharias	4,6	6,7	2,1
Agricultura	5,4	6,6	1,2
Saúde e similares	5,0	5,3	0,2
Serviços	4,7	6,1	1,3
Tipo de instituição			
Ensino superior público universitário	4,8	6,4	1,5
Ensino superior público politécnico	4,0	5,4	1,4
Ensino superior particular e cooperativo	4,8	5,5	0,8

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Quanto ao subsistema de ensino que possibilita uma formação de tempo mais curto é o ensino politécnico (com uma duração média de quatro anos, sendo os restantes de cinco anos). Nas representações dos alunos, e também por subsector de ensino, em termos médios, todos atrasam cerca de um ano na concretização da sua formação ao nível do superior.



2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

2.1. Formação vocacional e actividade profissional antes do acesso ao ensino superior

A caracterização dos trajectos escolares dos estudantes identifica uma população bastante jovem que, na sua larga maioria, entra no ensino superior por via da frequência de uma formação generalista, predominantemente orientada para o prosseguimento dos estudos. No presente capítulo pretende-se observar em que medida estes jovens complementam o seu percurso escolar com experiências profissionalizantes diversas, seja na área de formação profissional ou vocacional, seja através da participação activa no mercado de trabalho.

De acordo com os resultados apurados, sensivelmente 1/5 dos estudantes teve formação profissional ou exerceu alguma actividade laboral antes de entrar para o ensino superior (quadro 2.1).

Quadro 2.1 Experiência de trabalho/formação profissional antes da entrada no ensino superior, por sexo, idade e situação conjugal dos estudantes (em percentagem)

Estudantes	Experiência de trabalho/formação profissional			Total
	Sim	Não	Total	
Escalões etários*				
Até 19 anos	8,0	92,0	100,0	19,2
20-23 anos	14,4	85,6	100,0	57,6
24-27 anos	28,4	71,6	100,0	14,4
> 27 anos	56,4	43,6	100,0	8,8
Sexo				
Homens	19,4	80,6	100,0	40,1
Mulheres	18,7	81,3	100,0	59,9
Situação familiar*				
Solteiro(a)	16,3	83,7	100,0	92,8
Outra situação	48,1	51,9	100,0	7,2
Total	18,9	81,1	100,0	100,0

* Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A análise por idades indica variações muito significativas nos diferentes segmentos de estudantes, estabelecendo uma correlação positiva entre as duas variáveis. Ou seja, quanto mais avança a estrutura etária, maior a probabilidade relativa de os estudantes declararem uma experiência profissional anterior.

Nos escalões etários onde se localiza a larga maioria da população estudantil (até 23 anos), o dado que nos parece mais importante reter é o predomínio claro de “estudantes a tempo inteiro”, para quem o início da vida activa é um projecto adiado, condicionado pelo termo da própria escolarização.

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Este é um retrato que dá relevo à centralidade da instituição escolar enquanto aprendizagem social e qualificação destes jovens.

Como se observa ainda no quadro 2.1, este padrão não traduz diferenças significativas nas trajectórias sociais de rapazes e raparigas. Já a situação conjugal, num enquadramento onde são minoritários os que constituíram uma nova família, revela-se uma variável de forte relação com exercício de uma actividade laboral antes do acesso ao ensino superior. Um pouco menos de 50% do conjunto de estudantes casados, em união de facto e outros com experiências conjugais anteriores, declaram ter tido uma actividade de formação/profissional, contra 16% dos solteiros.

A análise por contextos escolares – referenciados nos sistemas universitário ou politécnico, do sector público ou privado, assim como nos domínios de formação – introduz novos elementos nesta caracterização (quadro 2.2).

Os dados apresentados indiciam dois universos diferenciados em termos de trajectos profissionais dos estudantes que frequentam, no sector público, os subsistemas universitário e politécnico. Estes, com maior frequência do que os primeiros, declaram ter desenvolvido alguma formação profissional/actividade laboral na fase que antecede a frequência do ensino superior (cerca de 24% dos estudantes do politécnico, contra 14% dos que frequentam o universitário). Os estudantes inseridos no ensino superior privado aproximam-se, neste indicador, dos colegas do politécnico. É um dado curioso, que pode indicar a presença, também neste sector, de algumas franjas mais carenciadas, ao contrário do que eventualmente se poderia pressupor à partida, considerando o investimento financeiro envolvido na formação privada.

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Quadro 2.2 Experiência de trabalho/formação profissional antes da entrada no ensino superior, por instituição de ensino e área de estudo (em percentagem)

Contextos escolares	Experiência de trabalho/formação profissional			Total
	Sim	Não	Total	
Tipo de instituição de ensino				
Ensino superior público universitário	13,8	86,2	100,0	44,1
Ensino superior público politécnico	23,8	76,2	100,0	28,0
Ensino superior particular e cooperativo	22,0	78,0	100,0	27,9
Área científica				
Educação e Humanidades e Artes	30,0	70,0	100,0	18,1
Ciências Sociais, Gestão e Direito	19,5	80,5	100,0	31,7
Ciências	13,1	86,9	100,0	12,7
Engenharias	14,5	85,5	100,0	18,2
Agricultura	15,5	84,5	100,0	2,4
Saúde e similares	13,6	86,4	100,0	11,7
Serviços	18,1	81,9	100,0	5,2
Total	18,9	81,1	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A perspectiva por área de estudo sublinha a maior propensão dos alunos de educação e humanidades e artes para trajectórias sociais de maior diversidade/complementaridade entre formação escolar e actividade profissional (30% destes estudantes declaram ter desenvolvido uma formação/actividade profissional anterior). No extremo oposto, ou seja, denotando um percurso mais centrado na escola, estão os alunos das áreas de ciências e de saúde e similares, dois domínios académicos cujo acesso, genericamente, está muito condicionado pelos altos padrões de excelência escolar.

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

2.2. Estudantes trabalhadores

Focalizando a análise na situação actual face ao trabalho, os estudantes que declaram ter tido uma experiência profissional antes de acederem ao ensino superior tendem a manter uma actividade remunerada após esse mesmo acesso (quadro 2.3).

Quadro 2.3 Condição perante o trabalho actual, por experiência profissional anterior (em percentagem)

Experiência profissional	Condição perante o trabalho actual		
	Estudante (auto-conceito)	Trabalhador (auto-conceito)	Total
Sim	59,0	41,0	100,0
Não	89,3	10,7	100,0
Total	83,6	16,4	100,0

Gui-quadrado significativo ($p < 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

É sabido que para muitos jovens portugueses (e este segmento mais qualificado não constitui excepção) a formação de uma nova família tende a representar um dos principais marcos no período de passagem para a vida adulta.¹⁰ A correlação observada, muito significativa, entre a passagem para uma situação familiar de conjugalidade (casado/união de facto) e a maior propensão para o exercício de uma actividade laboral, é mais uma vez confirmada (quadro 2.4). Isto embora o prosseguimento dos estudos não deixe também de jogar aqui um papel apreciável. Por exemplo, relativamente à população portuguesa das mesmas faixas etárias, os jovens estudantes tendem a prolongar a situação de solteiros, conjugada com a permanência em casa dos pais, por mais alguns anos, mesmo quando iniciaram uma experiência profissional – no conjunto de estudantes trabalhadores, a condição de solteiro é ainda aquela que predomina, face a qualquer outra.¹¹

Também no que respeita à conjugalidade, o comportamento dos estudantes segundo o sexo não sugere grande diversidade (quadro 2.4). Pelo contrário, a proporção de estudantes que trabalha e já constituiu uma nova família não deixa de ser afectada por um efeito, muito significativo, de idade. É no escalão etário dos estudantes com 28 e mais anos que as diferenças entre as duas distribuições, trabalhadores e outros, são mais notórias, com os primeiros a assumirem claramente a situação familiar de casados (60%, contra apenas 4% no caso dos estudantes que não exercem qualquer actividade profissional).

Esta tendência é ainda enfatizada na observação dos contextos residenciais dos estudantes trabalhadores. Com efeito, apenas no segmento dos mais velhos (com 28 e mais anos) é claramente maioritária a situação de residência independente, quer em casa ou apartamento próprio (60%) ou alugado (11%), quer noutras modalidades, provavelmente de carácter mais transitório – como em quarto alugado (5%) ou, de forma muito residual, em residências para estudantes (1%).

¹⁰ Como sugere José Machado Pais (1996: 173), em Portugal "deixa-se mais facilmente de ser jovem quando se casa do que quando se obtém trabalho, quando se abandona a escola, ou quando se deixa de viver em casa dos pais".

¹¹ Para dados sobre os jovens portugueses em geral, veja-se, por exemplo, Almeida e outros, (1998: 45-78).

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Quadro 2.4 Estudantes por condição perante o trabalho, sexo e grupo etário, segundo a situação familiar e residência (em percentagem)

Situação familiar e residência	Trabalhadores (auto-conceito)				Inactivos (auto-conceito)			
	Sexo		Grupo etário		Sexo		Grupo etário	
	HM	M	24-27 anos	≥ 28 anos	HM	M	24-27 anos	≥ 28 anos
Situação familiar								
Solteiro(a)	69,5	70,2	89,1	35,2	97,5	96,8	99,0	95,4
Casado(a)/ União de facto	28,0	26,1	9,2	60,1	2,4	3,0	1,0	4,3
Outra situação	2,5	3,7	1,7	4,7	0,1	0,2	–	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Residência em período lectivo								
Casa dos pais ou familiares	48,6	50,3	55,2	22,8	55,8	55,2	57,3	49,5
Casa ou apartamento próprio	29,9	30,8	16,1	60,2	8,3	7,9	7,0	11,9
Casa ou apartamento alugado	12,3	12,1	16,9	10,6	15,7	16,4	16,1	13,5
Quarto individual alugado	5,4	3,8	6,8	3,7	13,2	13,8	12,6	17,5
Quarto conjunto alugado	1,7	1,3	2,5	1,6	2,8	3,0	2,8	3,6
Residência para estudantes	2,1	1,7	2,5	1,1	4,2	3,7	4,2	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Algumas destas situações referem-se também, com grande probabilidade, a estudantes deslocados, ou seja, indivíduos que, no fundamental, mesmo que exercendo alguma actividade laboral remunerada, continuam dependentes ora do apoio financeiro da família, ora do próprio estado (ver capítulo 3 desta publicação).

Considerou-se até aqui como referente analítico para a situação laboral (ou não) dos estudantes as declarações dos próprios quando questionados directamente sobre esta matéria. Porém, e independentemente da representação que projectam sobre a sua situação face ao trabalho, é expectável que dediquem algum tempo, mesmo que de forma ocasional, a actividades pelas quais auferem uma remuneração. É esta questão que se pretende agora apurar, a propósito da gestão dos usos do tempo semanal (quadro 2.5).

De acordo com estes dados, o peso de estudantes incluídos na categoria de activos ronda sensivelmente os 20%.¹² Contudo, deste conjunto que declara ter despendido algum tempo no exercício de trabalho remunerado, cerca de 12% teve apenas actividades pontuais, de não mais de cinco horas, e 17% dedicou-lhe no máximo 10 horas/semana. Muito provavelmente, estarão aqui, nestes dois segmentos, alguns dos que, embora com um envolvimento laboral, não se auto-representam como estudantes-trabalhadores (e daí que tomando este indicador os activos cresçam sensivelmente 4%.)

¹² De acordo com a classificação do INE, inclui-se na população activa empregada a população que "tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração" (INE, Censos 2001: XXVII)

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Quadro 2.5 Tempo semanal dedicado a trabalho remunerado (em percentagem)

Trabalho remunerado	%
Sim	20,2
Não	79,8
Total	100,0
Tempo dedicado	
1 a 5 horas	11,8
6 a 10 horas	16,9
11 a 15 horas	7,1
16 a 34 horas	31,4
Mais de 35 horas	32,8
Total	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

No conjunto dos estudantes que declaram ter trabalhado pelo menos uma hora durante a semana, importa sublinhar o peso bastante expressivo daqueles que, em complemento da actividade escolar, têm trabalho remunerado a tempo integral (mais de 35 horas) ou numa dedicação parcial de 16 a 34 horas (cerca de 2/3). Como se conjuga, então, o tempo dedicado a estas actividades remuneradas com a disponibilidade para o desenvolvimento de actividades de estudo?

Observando nesta perspectiva o quadro 2.6, verifica-se que, tal como acontece no segmento de “estudantes a tempo inteiro”, a larga maioria dos estudantes que declara ter um envolvimento profissional depende muitas horas com as actividades lectivas e estudo pessoal, embora com um peso substancialmente inferior (cerca de 20 horas). A grande diferença entre as duas distribuições está na maior variação do envolvimento, em termos de horas/semana, dos estudantes que acumulam trabalho remunerado e académico: estando em menor proporção no escalão de dedicação superior a 30 horas (54%, contra 75%), distribuem-se com maior preponderância nos escalões 21 a 30 horas (25%, contra 20%) e, sobretudo, 11 a 20 horas (17%, contra 4%). Nos dois segmentos é minoritário o peso de estudantes com dedicação inferior a 10 horas/semana às actividades de estudo.

Quadro 2.6 Relação entre ter um trabalho remunerado e tempo semanal dedicado a actividades lectivas e estudo pessoal (em percentagem)

Condição perante o trabalho (auto-conceito)	Tempo em actividades lectivas e estudo pessoal				Total
	Até 10 horas	11-20 horas	21-30 horas	31 e mais horas	
Estudantes a tempo inteiro	1,1	3,8	19,8	75,3	100,0
Trabalhadores-estudantes	4,3	16,7	25,0	53,9	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.



CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA: RECURSOS,
CONSUMOS E AUTO-AVALIAÇÕES



3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

3.1. Caracterização sociofamiliar

As sociedades contemporâneas são atravessadas por grandes transformações nas formas como os indivíduos transitam para a vida adulta. A distribuição de tempos de escolarização e de qualificação dos indivíduos está claramente marcada por ciclos de vida individuais e também familiares. No entanto, estamos sempre perante transições diversificadas face aos seus contextos sociais, económicos e vivenciais.

Os valores apresentados no quadro 3.1 fazem, assim, sobressair que a formação, designadamente no ensino superior, constitui uma etapa que os portugueses, na sua grande maioria, cumprem antecipadamente à vivência de uma profissão (como vimos no capítulo 2) e à constituição de um agregado familiar próprio. Tal perspectiva é evidenciada, não só por a maioria ainda não ter iniciado nenhuma actividade profissional, mas também do ponto de vista dos seus contextos e relações conjugais/familiares. Neste sentido, e a partir da leitura da situação familiar, é clara a presença de uma esmagadora maioria de estudantes solteiros (mais de 90%).¹³ A diferença por sexo não é muito expressiva, embora os rapazes, no caso da amostra em presença, apresentem com mais frequência situações de conjugalidade e parentalidade.¹⁴

Quadro 3.1 Indicadores de caracterização familiar por sexo (em percentagem)

Estudantes	Sexo		
	HM	H	M
Situação familiar			
Solteiro(a)	92,9	92,5	93,0
Vive em situação conjugal (união de facto)	1,9	2,0	1,9
Casado(a)	4,7	5,2	4,4
Divorciado(a) e viúvo(a)	0,5	0,3	0,7
Estudantes com filhos	4,4	5,0	4,1
Residência em período lectivo			
Em casa (com pais/familiares)	54,5	54,3	54,7
Casa/apartamento própria/o	11,9	13,1	11,0
Casa/apartamento alugada/o	15,1	14,1	15,8
Quarto individual alugado	12,0	11,3	12,4
Quarto conjunto alugado	2,7	2,6	2,7
Residência para estudantes	3,9	4,6	3,4

Qui-quadrado não significativo.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

¹³ São muitas as referências bibliográficas que dão conta não apenas do prolongamento mas da complexificação dos processos de transição para a vida adulta, entre outras possíveis Pais (1996); Almeida e outros (1998); Rudd e Evans (1998:39-62); Lewis e outros (1999); Wyn e Dwyer (1999:5-21); Judy (2000:5-20); Mauritti (2002).

¹⁴ Sublinhando-se, contudo, o facto de as relações estatísticas entre o sexo e estas variáveis não serem significativas.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

A maioria dos estudantes do ensino superior em Portugal permanece nos contextos familiares de origem (mais de 50%). O principal quadro familiar de referência da actualidade corresponde assim aos respectivos pais e eventuais irmãos. Os restantes cenários remetem, em segundo lugar, para o aluguer de casa ou apartamento, valorizando-se, por um lado, a situação de autonomia (aferida na leitura do peso residual de estudantes em residências ou quartos alugados conjuntamente) e, por outro lado, de transitoriedade, expressa sobretudo na frequência de situações de arrendamento. No entanto este último aspecto, no conjunto dos estudantes, é mais realçado para o lado das raparigas, pois os estudantes rapazes reforçam, embora ligeiramente, os contextos de residência onde se é proprietário de casa ou apartamento próprio. Esta diferença, não sendo exuberante, dá conta de trajectórias masculinas de maior simultaneidade entre os processos de transição para a vida adulta e o percurso de escolaridade ao nível do superior.

A idade realça, precisamente, as dinâmicas do ciclo individual e familiar. Nos grupos etários que vão até aos 27 anos mantém-se a situação de solteiro como a amplamente dominante (nos três escalões, até 20 anos, 20 a 23 anos e 24 a 27 anos, acima dos 90%, e muito perto dos 100% no conjunto até 23 anos).

Quadro 3.2 Indicadores de caracterização familiar por idade (em percentagem)

Estudantes	Grupos etários			
	Até 20 anos	20 a 23 anos	24 a 27 anos	28 e mais anos
Situação familiar				
Solteiro(a)	99,3	98,3	93,7	41,2
Vive em situação conjugal (união de facto)	0,5	1,0	2,3	10,7
Casado(a)	0,2	0,6	3,3	43,9
Divorciado(a) e viúvo(a)	0,0	0,1	0,7	4,2
Estudantes com filhos	0,2	0,9	3,0	38,6
Residência em período lectivo				
Em casa (com pais/familiares)	56,6	59,0	51,0	25,8
Casa/apartamento própria/o	5,7	7,3	12,9	53,3
Casa/apartamento alugada/o	16,8	15,4	14,4	11,6
Quarto individual alugado	11,9	12,2	14,6	5,8
Quarto conjunto alugado	3,7	2,4	3,3	1,2
Residência para estudantes	5,3	3,7	3,8	2,3

Qui-quadrado significativo ($p < 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A partir dos 28 anos, o escalão dos mais velhos, a vida conjugal tem um peso maioritário, aspecto evidenciado no conjunto dos estudantes casados ou em união de facto (com 55% do total da amostra). Tal transformação da vivência familiar é acompanhada pela saída de casa dos pais. Daí que 65% dos estudantes deste segmento etário estejam já em casa própria ou alugada.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

Os percursos relativamente mais longos de escolaridade dos estudantes têm, como vimos, implicações nas suas próprias trajectórias sociais de vida. As gerações anteriores, nomeadamente a dos pais dos actuais estudantes, na idade onde estes se encontram, e atendendo à leitura das transformações do Portugal contemporâneo,¹⁵ já tinham, muito provavelmente, terminado os seus estudos (a maior parte com uma escolaridade ao nível do básico) e iniciado a sua vida profissional. O tempo de “juventude” estava circunscrito a um período relativamente curto e facilmente identificável. Era também, com alguma frequência, um tempo já marcado pelo exercício de uma actividade remunerada, com peso na economia familiar e, muitas vezes, já sem qualquer relação com o sistema escolar. É também nesta medida que se considerou pertinente sublinhar algumas das características dos grupos domésticos de origem dos estudantes, pois evidenciam as transformações enunciadas anteriormente.

3.2. Contextos e condições sociais de vida das famílias

Uma das principais questões para a aferição das condições de vida e recursos disponíveis pelos estudantes prende-se com a caracterização das suas origens sociais.¹⁶

Um dos indicadores mais produtivos na análise dos contextos socioeconómicos dos estudantes relaciona-se, precisamente, com a condição perante o trabalho dos seus progenitores (quadro 3.3). Na larga maioria das famílias dos estudantes, pai e mãe estão empregados (mais de 50%). No entanto, são os pais, por relação às mães, que estão em maior número inseridos no mercado de trabalho por via do emprego (81% face a 67% das mães). Por sua vez, a inactividade é uma situação mais acentuada nas mães, atingindo-as em 29%. Nesta medida, estando 9% reformadas, presume-se que a condição de doméstica ronde os 20% destes contextos. Por outro lado, representam uma minoria os pais que se encontram presentemente na inactividade e, quando tal acontece, deve-se sobretudo ao facto de estarem reformados (15% num total de 16% de inactivos).

Uma nota informativa prende-se com um conjunto minoritário de estudantes órfãos (5% os que não têm pai e 1% os que não têm mãe).

¹⁵ Para tal consultar Machado e Costa (1998), Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres (2000), Mauritti (2002).

¹⁶ Ver aprofundamentos sobre este tipo de relações em estudos anteriores, como Almeida e outros (2003).

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

Quadro 3.3 Condição perante o trabalho dos pais e mães dos estudantes, por comparação com a população portuguesa, e taxa de pais/mães falecidos (em percentagem)

Condição perante o trabalho	Família de origem dos estudantes		População portuguesa 40-60 anos	
	Pais	Mães	Homens	Mulheres
Activos				
Empregados	80,8	66,5	87,0	60,9
Desempregados	3,7	4,3	4,2	4,9
Inactivos				
Reformados	14,8	9,3	8,7	9,5
Outros	0,7	19,9	0,1	24,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Falecidos	4,6	1,3	-	-

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004; INE, Censos 2001.

Também a comparação entre os pais destes estudantes com a população no mesmo grupo etário realça diferenças interessantes (quadro 3.3). O segmento dos pais aumenta a taxa de inactividade por relação aos homens do grupo etário em referência (com uma diferença de 7%). As grandes variações situam-se no aumento do peso dos reformados, em desfavor da condição de empregados, e na diminuição dos atingidos pelo desemprego, face à população masculina em idades similares. No que diz respeito às mães, relativamente às mulheres da população supostamente com a sua idade, apresentam uma tendência de sentido contrário, com taxas de actividade mais elevadas. No que respeita à inactividade, preenchida aqui sobretudo por domésticas, as mães apresentam valores inferiores: cerca de 1/5 das mães dos estudantes e um quarto da população feminina no grupo etário em referência. No entanto, umas e outras, apresentam valores que estão longe de serem insignificantes, a denunciarem ainda um padrão de alguma forma tradicional, no entendimento da actividade da mulher e na sua disponibilidade para o exercício de um trabalho remunerado.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

Quadro 3.4 Condição perante o trabalho dos pais e mães dos estudantes segundo o tipo de estabelecimentos de ensino (em percentagem)

Condição p/o trabalho dos pais	Tipo de estabelecimento de ensino			Total
	Público		Particular e cooperativo	
	Universitário	Politécnico		
Pai				
Activos¹				
Empregados	79,7	81,4	81,8	80,8
Desempregados	3,1	4,8	3,5	3,7
Inactivos				
Reformados	16,7	12,8	13,9	14,8
Outros inactivos	0,5	1,0	0,8	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Mãe				
Activos²				
Empregadas	67,1	61,0	71,1	66,6
Desempregadas	5,0	4,0	3,7	4,3
Inactivos				
Reformadas	10,1	8,3	8,9	9,2
Outras inactivas	17,8	26,7	16,3	19,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$); (2) Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Ainda analisando a condição perante o trabalho dos pais dos estudantes, o sector e subsistema de ensino não introduzem diferenças muito relevantes. No entanto é de assinalar que, em relação às mães, é no ensino público politécnico que as "outras inactivas" têm maior peso (com 27%), sobressaindo o trabalho doméstico como a marca mais reforçada desta condição face ao trabalho. Por outro lado, é nas mães dos alunos que frequentam o sector particular e cooperativo que as empregadas têm uma maior preponderância. Os pais dos estudantes do ensino universitário público encontram-se, de uma forma mais relevante, numa situação de inactividade, com maior peso da categoria dos reformados.

Considerando a seguir o indicador das categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem, presentes no quadro 3.5, verificamos que 58% dos estudantes do ensino superior são provenientes das categorias sociais melhor equipadas de recursos económicos, culturais e sociais – os empresários, dirigentes e profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento.¹⁷ Existe uma forte prevalência de origens sociais de profissionais técnicos e de enquadramento (40%), sendo estes, aliás, os maiores portadores de qualificações, reflectindo-se nas próprias trajectórias escolares dos filhos. Estes estudantes ultrapassam um terço do conjunto do universo em referência (quadro 3.5).

Em relação a uma diferenciação por subsistemas do ensino superior, é no universitário público que o acesso é mais fechado e no politécnico onde a base de recrutamento é mais diversificada.¹⁸

¹⁷ Para a compreensão do modo de construção das categorias socioprofissionais consultar, entre outros, Costa (1999); Machado, Costa, Mauritti, Martins, Casanova, Almeida (2003).

¹⁸ Em confirmação com outros estudos como os de Balsa, Simões, Nunes, Carmo, e Campos, 2001.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

A estrutura socioprofissional que caracteriza as origens dos estudantes do privado é muito equivalente à do público universitário, embora no sector particular e cooperativo seja notável um reforço da categoria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, com perfis muito diversificados no que diz respeito à realidade portuguesa e, particularmente nos segmentos dos empresários e dirigentes, muitas vezes os melhores dotados de recursos económicos mas, em geral, com qualificações escolares não muito elevadas. Resta sublinhar que o maior alargamento social do recrutamento para o ensino politécnico pode ter duas leituras, porventura de sentido contrário, uma que dá conta de uma maior abertura do acesso ao ensino superior, outra que reflecte, no seu interior, a persistência de processos de diferenciação, colocando os estudantes em diferentes qualidades de formação e, muitas vezes, consequentes oportunidades.

A corroborar análises de pesquisas anteriores, está a presença maioritária das raparigas no conjunto de efectivos do ensino superior.¹⁹ As estudantes reforçam em todos os subsistemas o alargamento do recrutamento social, dando conta do seu dinamismo nos processos de escolarização. Tais percursos de maior sucesso e generalização já no ensino secundário (Censos, 2001), em convergência com taxas mais elevadas de participação no ensino superior, evidenciam trajectórias escolares mais seguras para as raparigas (quadro 3.5).

Quadro 3.5 Categorias socioprofissionais dos pais e das mães dos estudantes por tipo de estabelecimento de ensino e sexo (percentagem em coluna)

Categorias socioprofissionais	Tipo de estabelecimento de ensino									Total
	Ensino Público						Ensino Particular e cooperativo			
	Universitário			Politécnico			HM	H	M	
	HM	H	M	HM	H	M				
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	14,0	13,7	14,4	17,2	21,3	14,4	23,4	18,9	25,1	17,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	46,6	51,2	42,4	26,9	30,7	24,2	44,5	51,9	41,6	40,4
Trabalhadores independentes	5,2	4,0	6,3	7,9	8,0	7,5	5,0	4,3	5,1	5,9
Trabalhadores independentes pluriactivos	5,4	4,5	6,3	6,7	3,1	9,4	3,8	3,9	3,9	5,3
Empregados executantes	12,3	12,0	12,1	12,5	11,1	13,6	9,6	9,4	9,7	11,6
Operários	7,8	7,3	8,4	15,4	14,2	16,3	5,9	6,4	5,8	9,4
Assalariados executantes pluriactivos	8,7	7,3	10,1	13,4	11,6	14,6	7,8	5,2	8,8	9,8

Qui-quadrados significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

¹⁹ Pesquisa anteriores dão conta do protagonismo feminino no ensino superior como Grácio (1997); Machado e Costa (1998); Almeida, Capucha, Costa, Machado, Torres (2000).

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

No quadro 3.6, que compara as categorias socioprofissionais dos pais e das mães com a população que enquadra a sua faixa etária dominante, observam-se alguns contrastes de importante registo.

Quadro 3.6 Categorias socioprofissionais dos pais e das mães segundo o tipo de estabelecimento de ensino e comparação com a sociedade portuguesa (percentagem em coluna)

Categorias socioprofissionais	Estabelecimento de ensino				População 40-60 anos
	Público		Particular e cooperativo	Total	
	Universitário	Politécnico			
Classe do pai					
Empresários, dirigentes e prof. liberais	12,2	16,7	20,8	15,9	15,3
Profissionais técnicos e de enquadramento	42,0	23,1	41,9	36,6	14,4
Trabalhadores independentes	7,1	10,6	6,8	8,0	5,6
Agricultores independentes	2,4	3,0	1,5	2,3	2,8
Empregados executantes	18,1	16,6	14,2	16,6	20,2
Operários industriais	17,0	27,9	14,2	19,3	39,5
Assalariados agrícolas	1,2	2,1	0,6	1,3	2,2
Classe da mãe					
Empresários, dirigentes e prof. liberais	6,2	7,9	11,6	8,2	9,1
Profissionais técnicos e de enquadramento	45,3	22,0	43,7	38,9	19,0
Trabalhadores independentes	5,6	8,4	5,7	6,3	4,6
Agricultores independentes	1,1	1,0	0,7	1,0	1,9
Empregados executantes	35,2	47,1	32,3	37,4	47,7
Operários industriais	6,3	13,1	5,7	7,9	16,5
Assalariados agrícolas	0,3	0,5	0,3	0,3	1,2

Qui-quadrados significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004; INE, Censos 2001.

Tanto nos pais como nas mães a categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento aparece, por relação ao segmento definido da sociedade portuguesa, de forma sobrerrepresentada. Embora ambos dobrem os valores da população nacional do grupo etário em referência, evidenciando um sistema de ensino superior com uma base social de recrutamento pouco alargada, é nos pais que a diferença entre os seus valores e os de uma estrutura nacional se faz de forma mais sublinhada (com uma discrepância de 22%) (quadro 3.6).

Apesar da configuração das categorias socioprofissionais referente às famílias distorcer marcadamente a que é verificada na sociedade portuguesa, na faixa etária onde pais e mães predominantemente se encontram, a presença de outras categorias sociais mostra um sistema de ensino em expansão a outras camadas sociais. A categoria com proporções relativas mais próximas nas duas distribuições, família dos estudantes e população, é a dos empresários, dirigentes e profissionais liberais. Já nas categorias assalariadas com menores recursos profissionais e qualificacionais, é nos operários industriais, embora mais visível nos pais do que nas mães, que se nota um maior desfazamento na capacidade de colocação dos filhos no ensino

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

superior, e nos empregados executantes onde se evidencia uma maior probabilidade de o fazer (análise também mais reforçada para os pais do que para as mães) (quadro 3.6).

Numa perspectiva complementar, a análise dos indicadores socioeducacionais, também reportada ao grupo doméstico de origem dos estudantes, é muito consonante com a relativa às categorias socioprofissionais (quadro 3.7). As desigualdades dos contextos qualificacionais das famílias são muito diferenciadoras no acesso ao ensino superior. Evidenciando as escolaridades dos pais como marcantes nas trajetórias escolares dos filhos, está o facto de haver um número quatro vezes maior de origens familiares que detêm o ensino superior, face ao segmento etário em referência da sociedade portuguesa. De facto, é muito notória a sobrerrepresentação de qualificações elevadas dos grupos domésticos de origem dos estudantes e a redução do peso de pais que têm até ao primeiro nível do ensino básico, para quase um terço relativamente à população.

Quadro 3.7 Níveis de escolaridade e categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem por tipo de estabelecimento de ensino e comparação com a sociedade portuguesa (em percentagem)

Níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem	Estabelecimento de ensino									População portuguesa 40-60 anos	
	Público						Particular e cooperativo				Total
	Universitário			Politécnico			HM	H	M		
	HM	H	M	HM	H	M					
Superior	40,8	45,7	36,7	20,4	24,2	17,5	43,4	49,0	41,2	35,7	9,8
Secundário	16,2	17,7	14,3	16,6	17,4	16,1	16,5	17,0	16,4	16,4	8,9
Básico 3	13,0	11,9	14,2	13,0	12,5	13,2	12,9	10,9	13,9	13,0	10,0
Básico 2	11,4	8,5	13,9	17,9	17,1	18,8	10,1	7,0	11,0	12,9	8,8
Básico 1	18,6	16,2	20,9	32,1	28,8	34,4	17,1	16,1	17,5	22,0	62,5

Qui-quadrado significativo ($p < 0,001$).

Nota: A construção do indicador da escolaridade do grupo doméstico de origem, assumindo as escolaridades combinadas do pai e da mãe, atribui ao agregado familiar o nível de escolaridade do elemento que nesta matéria detém maior volume de recursos.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004; INE, Censos 2001.

No entanto, a entrada no ensino superior obedece, também ela, a condições persistentes de desigualdade de oportunidades. Tal aspecto fundamenta o carácter diferenciado dos segmentos do ensino superior. Como se observa no quadro 3.7, no sector público, o politécnico é, nesta perspectiva, claramente o mais aberto no recrutamento social: 63% das famílias de origem não têm mais do que o ensino básico. A estrutura socioeducacional é significativamente mais qualificada nos pais dos estudantes que frequentam quer o ensino superior particular, quer o universitário público (com 41% e 43% de famílias de origem com o ensino superior, respectivamente), enquanto no politécnico são 20%.²⁰

Os indicadores apresentados no quadro 3.7 revelam que, face às trajetórias de escolarização dos estudantes, a diferenciação dos respectivos grupos domésticos de origem influencia, não só a probabilidade de acesso, como o tipo de qualificação concretizada.

²⁰ Os padrões melhorados no ensino privado podem, contudo, ficar a dever-se à inclusão da Universidade Católica na amostra, porque, se retirarmos da análise os estudantes a desenvolver qualificações nessa instituição, as escolaridades dos grupos domésticos de origem ficam equivalentes às do ensino superior público universitário.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

Para completar a caracterização das famílias dos estudantes e seus recursos, revela-se interessante a leitura da distribuição dos rendimentos líquidos mensais auferidos pelos pais (quadro 3.8). De acordo com o declarado pelos próprios estudantes, cerca de quase metade das suas famílias (46%) auferem até 1440€ por mês, sendo o segundo patamar de rendimentos (de 721€ a 1440€) aquele que envolve um maior número de famílias.

Quadro 3.8 Rendimentos líquidos mensais do grupo doméstico de origem, por tipo de estabelecimento de ensino (em percentagem)

Rendimentos do grupo doméstico de origem	Estabelecimento de ensino			Total
	Público		Particular e cooperativo	
	Universitário	Politécnico		
Até 720€	13,6	20,1	11,2	14,8
de 721€ a 1440€	28,5	38,8	26,0	30,7
de 1441€ a 2160€	21,6	22,2	19,3	21,1
de 2161€ a 2880€	15,2	10,9	16,9	14,5
2880€ e mais	21,1	8,0	26,6	18,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p < 0,001$).

Nota: A variável dos rendimentos líquidos mensais do grupo doméstico de origem apresenta-se no questionário em 10 escalões construídos tendo por base o salário mínimo nacional (embora com valores arredondados) respeitante ao ano de referência da aplicação. Neste tratamento procedeu-se à sua agregação em 5 categorias.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A análise por subsectores do ensino superior permite aprofundar algumas diferenças importantes. Assim, o ensino politécnico acolhe o maior número de estudantes cujas famílias têm menos recursos financeiros. De acordo com o declarado pelos mesmos, um quinto desse segmento recebe, no máximo, 720€. Valores que contrastam significativamente com os das famílias dos estudantes a frequentarem o ensino privado, onde 44% se situam nos dois escalões mais altos da tabela (quadro 3.8) e mais de um quarto aponta, como rendimentos líquidos dos pais, o último escalão (auferindo no mínimo 2880€). Em contraste, só 8% dos pais dos alunos inscritos no politécnico é que atingem este escalão de rendimentos mais elevados. O ensino público universitário fica, neste plano, a meio caminho dos outros dois; no entanto as suas famílias encontram-se mais próximas dos padrões financeiros das do ensino privado.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

3.3 Recursos socioeconómicos provenientes da família

Se nos anteriores subcapítulos interessou sobretudo uma caracterização dos contextos familiares e respectivos recursos, no presente procura-se analisar como é que, económica e financeiramente, os estudantes são apoiados pelas suas famílias para fazer face a essa sua condição.

Quadro 3.9 Fontes de rendimentos (valores médios mensais em euros)

Fontes de rendimento	€	%
Família (dinheiro e intangíveis)	452	72,1
<i>Família (em dinheiro)</i>	<i>(294)</i>	<i>(46,9)</i>
Estado	48	7,7
Trabalho	116	18,5
Outras	11	1,7
Total	627	100,0

Fonte: CIES-ISCTE Eurostudent 2004.

Desta forma, e considerando o quadro 3.9, observa-se que, em termos médios, a família é o maior garante financeiro do conjunto de estudantes do ensino superior. No total, a sua importância relativa tem um peso três vezes superior ao das outras fontes. Neste enquadramento global, o desvio padrão evidencia, contudo, variações elevadas nas prestações familiares. Como se deu conta no subcapítulo 3.1, para além de em termos do seu quotidiano residencial os estudantes se encontrarem ainda em casa dos pais, o seu vínculo ao seio familiar é ainda reforçado pela dependência financeira que mantêm. Este contexto enfatiza, pois, o esforço das famílias, enquanto principal suporte financeiro dos estudantes do ensino superior.

O quadro 3.10 mostra as médias de rendimentos nos vários itens e respectivas proporções de estudantes abrangidos. A esmagadora maioria dos estudantes do ensino superior (85%) é, de alguma forma, apoiada pela respectiva família. O trabalho é, quando se trata de estudantes com este tipo de rendimentos, a fonte mais robusta, ultrapassando as quantias prestadas pela família. No entanto, apenas cerca de 1/5 dos estudantes auferem este tipo de rendimentos (ver capítulo 5). O estado assume-se neste conjunto, e tendo em conta que não ultrapassa um quarto dos estudantes beneficiários dessas prestações, como a fonte mais reduzida (ver capítulo 4).

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

Quadro 3.10 Fontes e quantitativos de rendimentos de que beneficiam por ciclo do ensino superior que frequentam (valores médios mensais em euros e percentagem em coluna)

Fontes de rendimento dos estudantes ¹	€	%
Total de estudantes		
Família (em dinheiro)	337	85,3
Família (intangíveis) ²	251	61,4
Estado	195	24,3
Trabalho	625	18,1
Outras	263	4,1
1.º ciclo do ensino superior		
Família (em dinheiro)	320	87,7
Família (intangíveis)	250	62,8
Estado	155	24,4
Trabalho	490	15,5
Outras	214	4,0
2.º ciclo do ensino superior		
Família (em dinheiro)	1173	37,1
Família (intangíveis)	299	32,2
Estado	1055	22,4
Trabalho	1213	70,6
Outras	822	7,0

Nota: 1) Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com rendimentos nessa fonte. As percentagens referem-se à proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declaram ter rendimentos na fonte em referência. **2)** rendimentos intangíveis reportam-se às transferências em géneros ou pagamentos directos feitos pelos pais.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Os estudantes do 2.º ciclo (pós-graduações em mestrado ou doutoramento) apresentam um outro padrão de rendimentos por relação aos do 1.º ciclo (bacharelato e licenciatura).²¹ Naqueles mais do que quadruplica, em termos percentuais, o valor dos que recebem rendimentos provenientes do trabalho, deixando a família em segundo plano quer no número de estudantes financiados, quer, entre aqueles que recebem, no montante auferido (ver capítulo 5). Sublinhe-se ainda que, entre os que são destinatários das fontes de financiamento que se tomam aqui por referência, se reforçam substancialmente todos os montantes, inclusive o da família. Assim, a família continua a contribuir, mesmo quando não é a principal fonte, de forma muito relevante após uma formação inicial no superior. No entanto, este contexto familiar pode ter-se transformado, neste segmento, na família então constituída pelo próprio inquirido.²²

O rendimento familiar transferido para os estudantes aumenta quando estes deixam de residir com a família, como é o caso dos deslocados, excepto quando a alternativa é a residência de estudantes

²¹ No entanto, o facto de representarem menos de 5% da amostra acaba por não criar grande variação quando integrados no conjunto dos estudantes.

²² Os rendimentos recebidos da família incluem os que provêm dos cônjuges.

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

(quadro 3.11). Isto porque essa alternativa corresponde, em geral, a estudantes de famílias com baixos rendimentos e condições socioeconómicas mais desfavoráveis.

Quadro 3.11 Rendimentos provenientes da família por contexto de residência e tipo de estabelecimento de ensino (valores médios mensais em euros)

Estudantes	Rendimentos da família	
	dinheiro	dinheiro e intangíveis ¹
Contexto de residência		
Casa dos pais	248	389
Casa/apartamento independente	403	604
Quarto alugado	306	467
Residência de estudantes	157	265
Tipo de estabelecimento		
Ensino público universitário	273	415
Ensino público politécnico	239	348
Ensino particular e cooperativo	386	619

Nota: 1) Rendimentos intangíveis reportam às transferências em géneros ou pagamentos directos feitos pelos pais.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Tendo por referência o dinheiro que a família faculta ao estudante acrescido de contribuições em géneros ou de pagamentos directos de serviços, sem passar pela gestão do próprio estudante, os encargos financeiros podem situar-se, em termos médios, em quase 265€ mensais, na versão mais leve – quando o estudante deslocado está alojado numa residência – e, na mais pesada, em quase 604€/mês – no caso de residir num alojamento independente, próprio ou alugado (quadro 3. 11).

Também o subsistema frequentado obriga a diferentes encargos. Neste sentido, é, como aliás seria previsível, no ensino particular e cooperativo que o esforço aumenta. Para a manutenção das actividades de estudo neste sector as famílias despendem, em termos médios, mais 100€ do que no ensino universitário público e mais 150€ face ao politécnico público. No conjunto dos encargos suportados por familiares, no quadro do ensino privado despende-se, em média, mais 200€ do que no universitário público e mais de 270€ em relação ao politécnico. Nesta perspectiva, as diferenças entre sectores e subsistemas de ensino tornam-se ainda mais pronunciadas, derivando não só da distância entre as exigências financeiras do ensino público e privado, mas também daquilo que, face à composição social do grupo doméstico de origem, as famílias podem suportar em cada um desses segmentos (público: universitário e politécnico; e privado).

3. FAMÍLIA, CONTEXTOS E RECURSOS

3.4. Avaliações sobre bem-estar material e condições de alojamento

Depois de uma leitura de indicadores sobre as condições sociais de existência, importa conhecer as avaliações, em termos gerais, que os estudantes realizam sobre o seu bem-estar material e o seu alojamento (quadro 3.12).

O conjunto dos estudantes avalia de forma muito positiva as suas condições materiais, quase 70% considera-as satisfatórias ou muito satisfatórias. E em relação às condições do alojamento, 85% estão satisfeitos ou muito satisfeitos. Estar em casa da família é o contexto residencial que garante uma avaliação mais satisfatória em relação a essas condições de vida, seguindo-se o ter uma casa ou apartamento (próprios ou alugados), evidenciada como a segunda opção melhor acolhida pelos estudantes.

A dar conta de uma maior insatisfação estão os estudantes a viver em residências, sendo que a maior parte destes dá apenas como aceitáveis as suas condições. Tal pode não decorrer do seu contexto residencial, pois este é melhor avaliado do que as suas condições materiais. Os estudantes a viverem em quarto alugado, apesar de, numa maioria razoável, se encontrarem satisfeitos, quer com as suas condições materiais (53%), quer com o alojamento (66%), apresentam taxas de satisfação inferiores àqueles que justapõem o alojamento à vivência com a família mais directa. O que, mais uma vez, reforça a ideia de pouca mobilidade dos estudantes, relativamente à saída de casa da família de origem. Tal como indicam os dados apresentados, a permanência em casa dos pais é percebida pelos estudantes como garantia de melhores condições de vida no contexto actual.

Quadro 3.12 Avaliação de condições de alojamento e bem-estar material (em percentagem)

Condições de vida	Avaliações			Total
	(muito) satisfatórias	aceitáveis	(muito) insatisfatórias	
Alojamento				
Casa dos pais	92,8	6,3	0,9	100,0
Casa/apartamento independente	83,2	15,8	1,0	100,0
Quarto alugado	65,6	30,0	4,4	100,0
Residência de estudantes	55,6	35,7	8,7	100,0
Total	84,7	13,5	1,8	100,0
Bem-estar material				
Casa dos pais	75,4	21,2	3,4	100,0
Casa/apartamento independente	68,3	26,6	5,1	100,0
Quarto alugado	52,5	39,2	8,3	100,0
Residência de estudantes	36,8	47,4	15,8	100,0
Total	68,6	26,3	5,1	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.



4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

4.1. Apoios públicos à escolarização: uma caracterização dos estudantes apoiados

No contexto europeu, onde Portugal revela um atraso sistemático nas suas qualificações, as estratégias públicas de desenvolvimento de políticas de apoio à escolarização da população, em particular no patamar mais elevado do sistema de ensino, revelam-se um instrumento crucial.

As análises que se seguem tomam como referência os segmentos de estudantes directamente apoiados pelo estado. Assim, todos os que declaram rendimentos do estado foram classificados numa categoria de “beneficiários” de financiamento directo. Adicionalmente, considerou-se uma subcategoria, a dos “bolseiros”, que especifica o conjunto de estudantes que tem uma bolsa atribuída. Para uma comparação mais controlada, considerou-se, ainda, a categoria “outros”, respeitante a todos os que não são nem bolseiros, nem beneficiários de nenhum rendimento proveniente do estado ou fonte pública, para apoio à sua condição de estudante.

Quadro 4.1 Perfil dos estudantes que beneficiam de apoio directo do estado segundo o ciclo de formação, o sexo, a idade e o tipo de estabelecimento (valores médios em euros e percentagem)

Estudantes	Apoio estatal aos estudantes			
	Beneficiários		Bolseiros	
	€	%	€	%
1.º ciclo				
Sexo*				
Masculino	128	19,7	129	17,7
Feminino	168	27,6	172	25,5
Grupos etários**				
Menos de 20 anos	112	25,0	115	22,6
20 a 23 anos	133	26,1	135	24,0
24 a 27 anos	350	19,9	356	18,4
27 e mais anos	191	15,2	191	15,2
Tipo de estabelecimento*				
Ensino superior público universitário	165	26,7	169	25,0
Ensino superior público politécnico	125	26,5	124	24,7
Ensino superior particular e cooperativo	178	19,1	188	16,4
Total	155	24,4	159	22,4
2.º ciclo	1055	22,4	1087	18,9

Qui-quadrado significativo *(p<0,001) ** (p<0,01).

Nota: Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes que beneficiam de rendimentos mensais atribuídos pelo estado. As percentagens referem-se à proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter rendimentos na fonte em referência.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

Uma primeira análise do quadro 4.1 remete para a diferenciação entre os estudantes do 1.º ciclo (bacharelato e licenciatura) e os do 2.º ciclo (mestrado e doutoramento). Nesta perspectiva faz-se uma caracterização mais fina do primeiro segmento, uma vez que constitui a população inscrita no ensino superior mais numerosa, não se abandonando, contudo, a comparação em termos gerais entre os dois.

Em primeiro lugar, não existem diferenças expressivas na proporção de beneficiários directos do estado entre as duas fracções. Ambas não alcançam um quarto dos seus universos em termos do peso dos apoiados pela via considerada. Ainda assim, os valores percentuais do 1.º ciclo são ligeiramente mais alargados (24%, contra 22% no caso dos estudantes do 2.º ciclo; ou, se atendermos aos bolseiros, acima de 22% e 19%, respectivamente). Já nos valores monetários atribuídos, as diferenças são muito significativas. As disparidades identificadas prendem-se também com as diferentes funções sociais e educativas que tais apoios preenchem numa e noutra situação. Assim, grande parte das transferências para os estudantes do 1.º ciclo fundamentam-se numa concepção de acção social que apoia a escolarização dos segmentos mais desfavorecidos. Noutra perspectiva, as atribuições aos alunos do 2.º ciclo resultam de uma intenção de premiar o mérito dos candidatos a esses rendimentos, bem como, com modos de avaliação específicos, a importância das suas investigações ou actividades científicas.

A média de rendimentos provenientes do estado é, para os estudantes do 1º ciclo, cerca de 155€ (para 159€, no que se refere especificamente aos bolseiros), aumentando para quase sete vezes no caso dos estudantes do 2.º ciclo (auferindo estes, em média, entre 1055€, considerando o geral dos beneficiários destas fontes, e 1087€ para os bolseiros).

A leitura dos dados relativos aos alunos que beneficiam de apoios do estado por sexo (focalizando a análise, por agora, apenas nos estudantes do 1.º ciclo) é muito interessante. O sexo é de facto uma variável com algum poder de discriminação, dando conta de variações em favor do feminino. Nesta perspectiva, o maior protagonismo das mulheres no ensino superior, e conseqüente abertura às provenientes de origens sociais menos favorecidas no que respeita a recursos económicos, culturais e sociais (ver capítulo 3), faz com que o peso das estudantes apoiadas seja maior (28% por relação aos 20% dos seus congéneres masculinos). Esta tendência verifica-se, não só na percentagem daquelas que são apoiadas, mas também no volume de apoio prestado (cerca de 40€ a mais, diferença identificada quer na categoria dos beneficiários, quer na dos bolseiros) (quadro 4.1).

A análise por idade também apresenta variações a registar. Neste indicador evidenciam-se duas tendências de sentido contrário. Até aos 23 anos o peso dos beneficiários ultrapassa ligeiramente 1/4 dessa população (com valores um pouco mais baixos para os bolseiros) e a partir desses escalões tais valores não chegam a 1/5 desse grupo (baixando para 15% no caso dos que têm mais de 27 anos). Por outro lado, é nos escalões até aos 23 anos que os montantes recebidos são mais baixos e a partir dessa idade mais altos, com especial relevância para os que se situam entre os 24 e os 27 anos.

Também a diferença entre os beneficiários do sector de ensino público (com valores equivalentes nos subsistemas universitário e o politécnico) e particular e cooperativo parece relevante. O primeiro apresenta valores percentuais, face aos atingidos por este tipo de rendimentos, substantivamente maiores (em mais de 7%, aumentado a diferença para cerca de 9% no caso dos

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

bolseiros). No entanto, quanto aos quantitativos médios recebidos pelos estudantes do privado, e tendo em conta que para este cálculo só contribuem aqueles que recebem, estes valores são mais elevados. Uma das distribuições de certa forma mais paradoxais diz respeito aos montantes atribuídos aos estudantes do ensino público universitário e aos do politécnico, apresentando os alunos beneficiários do primeiro daqueles subsistemas montantes mais avultados que os do segundo (uma diferença, em termos médios, de cerca de 40€ mensais). Dadas as origens sociais e os contextos económicos familiares de uns e outros (ver capítulo 3), poder-se-á aqui estar a verificar uma subavaliação das necessidades socioeconómicas dos alunos do politécnico.

Se se considerar não apenas os rendimentos provenientes do estado, mas uma gama mais alargada de fontes, verificamos que, de facto, os apoios públicos desempenham um importante contributo para igualdade dos recursos financeiros que os estudantes dispõem. No entanto, em todos os segmentos, a família posiciona-se como um dos principais garantes (ver capítulo 3), atingido em todos os perfis mais de 80% (quadro 4.2).

Quadro 4.2 Estudantes que beneficiam de apoios directos do estado e outros, segundo fontes de rendimentos (valores médios em euros e percentagem)

Fontes de rendimento ¹	Estudantes					
	Beneficiários		Bolsseiros		Outros	
	€	%	€	%	€	%
Família/cônjuge (dinheiro)	238	80,1	227	80,8	367	87,0
Família/cônjuge (intangíveis) ²	210	56,0	207	55,6	263	63,2
Estado	195	100,0	204	100,0	-	-
Trabalho	292	13,2	294	12,3	699	19,8
Outras fontes	220	4,9	260	5,3	270	3,9
Total	552	100,0	546	100,0	546	97,1

Nota: 1) Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com rendimentos nessa fonte. As percentagens referem-se à proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter rendimentos na fonte em referência; **2)** rendimentos intangíveis reportam às transferências em géneros ou pagamentos directos feitos pelos pais.

No conjunto de estudantes que beneficiam de apoio directo do estado, o trabalho é a fonte que proporciona montantes mais elevados, mas, em termos médios, refere-se a um número reduzido desses estudantes (13% e 12% para as categorias dos beneficiários e os bolsseiros, respectivamente). Para os outros (não beneficiários) esta fonte torna-se um pouco mais substantiva, embora se refira a apenas 20% (quadro 4.2).

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

4.2. Caracterização das origens familiares dos beneficiários directos

No que diz respeito às condições socioeconómicas das famílias dos estudantes, lidas nos seus rendimentos líquidos mensais, as diferenças entre os que são apoiados directamente pelo estado e os restantes é flagrante (quadro 4.3). Tais discrepâncias estão em consonância com a lógica de apoio do estado, suportando, de facto, em termos gerais, os mais necessitados. Mesmo tendo em conta que estes valores são aferidos através de indicações dadas pelos estudantes, podendo estes não ter um conhecimento muito rigoroso dos montantes líquidos que os seus pais auferem, pelo menos no que respeita às curvas estatísticas de distribuição, parece dar sentido à intervenção do estado na compensação de desigualdades sociais presentes entre os inscritos no ensino superior.²⁵ A leitura destes dados tem que ser ainda acutelada dada a falta de informação sobre o número de pessoas do agregado doméstico.

Quadro 4.3 Estudantes que beneficiam de apoios directos do estado e outros, segundo os rendimentos líquidos mensais dos pais (em percentagem)

Rendimentos	Estudantes		
	Beneficiários	Bolseiros	Outros
Até 720€	31,7	32,9	9,3
721€ a 1440€	46,1	47,1	25,6
1441€ a 2160€	13,0	11,6	23,8
2161€ a 2880€	6,2	5,0	17,3
2880€ e mais	3,0	3,4	24,0
Total	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

Nota: A variável dos rendimentos líquidos mensais do grupo doméstico de origem apresenta-se no questionário em 10 escalões construídos tendo por base o salário mínimo nacional (embora com valores arredondados) respeitante ao ano de referência da aplicação. Neste tratamento procedeu-se à sua agregação em 5 categorias.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Nesta medida, 80% das famílias dos bolseiros auferem no máximo 1440€ (e 33% não ultrapassa os 720€). Panorama financeiro que contrasta com cerca de 1/4 das famílias dos outros (não beneficiários de qualquer rendimento directo do estado), que se situam, em termos líquidos, no escalão que tem como limiar mínimo 2880€, não chegando a 10% os que se localizam no escalão mais baixo (cujo tecto é de 720€).

Em consonância com as análises apresentadas, a leitura das categorias socioprofissionais de origem evidencia estruturas sociais discrepantes entre aqueles que recebem dinheiro do estado (beneficiários em geral e bolseiros) e os restantes.

²⁵ Se se considerar os rendimentos totais disponíveis do estudante (não os dos pais), as diferenças das distribuições entre beneficiários (com os bolseiros) e os outros não seria tão contrastante, o que revela o papel nivelador do estado relativamente a essas desigualdades.

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

Quadro 4.4 Estudantes do 1.º ciclo que beneficiam de apoio directo do estado e outros segundo as categorias socioprofissionais e níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem

(em percentagem)

Grupo doméstico de origem	Estudantes		
	Beneficiários	Bolseiros	Outros
Categorias socioprofissionais			
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	8,5	7,5	20,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	21,2	20,3	45,9
Trabalhadores independentes	8,4	8,2	5,3
Trabalhadores independentes pluriactivos	7,1	7,2	4,7
Empregados executantes	16,6	17,0	10,1
Operários	20,4	21,2	6,1
Assalariados executantes pluriactivos	17,8	18,6	7,3
Total	100,0	100,0	100,0
Escolaridade			
Até básico	72,5	73,5	40,4
Secundário	14,5	13,8	17,2
Superior	13,0	12,7	42,4
Total	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

(valores médios em euros)

Grupo doméstico de origem	Estudantes	
	Beneficiários	Bolseiros
Categorias socioprofissionais		
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	151	176
Profissionais técnicos e de enquadramento	141	141
Trabalhadores independentes	137	144
Trabalhadores independentes pluriactivos	154	157
Empregados executantes	140	135
Operários	226	230
Assalariados executantes pluriactivos	117	117
Escolaridade		
Até básico	168	168
Secundário	111	111
Superior	164	164

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

Analisando as origens sociais dos estudantes que não têm qualquer apoio, 67% posicionam-se nas categorias sociais mais favorecidas – os empresários, dirigentes e profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento – em contraste com os 28% dos estudantes bolseiros e 30% de beneficiários. Neste sentido, situam-se em quase metade os estudantes não apoiados que provêm dos profissionais técnicos e de enquadramento (46%), ou seja, de contextos familiares altamente qualificados e institucionalmente bem posicionados. Por outro lado, a maioria da população estudantil beneficiária de tais apoios pertence a famílias assalariadas pouco qualificadas (58% e 55%, para bolseiros e beneficiários, somando as três últimas categorias socioprofissionais) (quadro 4.4).

No mesmo sentido se inclina a análise do indicador da escolaridade da família, dando conta que 73% das famílias dos beneficiários têm como escolaridade máxima o ensino básico. Ao invés, 60% dos outros estudantes têm pais que no mínimo possuem o ensino secundário e 42% têm o ensino superior, valor distante dos directamente apoiados pelo estado e com uma diferença abissal face a estrutura socioeducacional da sociedade portuguesa (quadro 4.4).

Dos que recebem apoios financeiros directamente do estado, as diferenças dos seus rendimentos não têm um significado muito vincado quer em termos estatísticos (com um qui-quadrado não significativo) quer analiticamente. Os que recebem tais apoios estão sujeitos a regras tabeladas de acordo com as necessidades declaradas. Em termos médios, um estudante do 1.º ciclo apoiado pela acção social recebe entre 140€ a 230€ por mês.

Os estudantes mais apoiados são os filhos de operários, que em qualquer dos segmentos ultrapassam os 200€ de apoios directos vindos do estado, seguidos dos empresários, dirigentes e profissionais liberais com mais de 150€ (para os beneficiários) ou 176€ (para os bolseiros). No entanto não chega a 10% o peso dos bolseiros com origens nesta categoria. Ressalve-se ainda a grande diversidade de realidades presentes nesta categoria, onde podem estar reunidos tanto origens sociais economicamente muito favorecidas, como situações de grande fragilidade, em consonância aliás com um quadro de algum empresariado em situações de perda de sustentabilidade na presente conjuntura económica. Os filhos de origens que têm como escolaridade máxima o ensino básico recebem do estado em média 168€, seguindo-se os estudantes em que pelo menos um dos pais tem o ensino superior (164€, mas destes apenas 13% são bolseiros).

Em relação ao apoio da acção social em residências para estudantes foi-se dando conta, ao longo dos capítulos anteriores, de alguns destes contextos. No entanto, reafirme-se aqui que só cerca de 4% dos estudantes inquiridos declararam estar alojados neste tipo de residência. Alguma da caracterização das famílias destes estudantes, por comparação com os restantes, resulta estatisticamente pouco significativa e de leitura um tanto ou quanto contraditória face à lógica da acção social. Este indicador, lido no quadro dos apoios sociais do estado, apresenta-se, assim, de certa forma frágil. No entanto, existem duas variáveis que se revelaram produtivas do ponto de vista analítico – os rendimentos líquidos mensais dos pais e o indicador de escolaridade familiar (embora este indicador não seja significativo estatisticamente).

De facto, as diferenças de rendimento familiar²⁶ entre os que vivem em residência e os restantes estudantes são de grande amplitude. Mais de metade dos que residem nesse contexto (54%) têm

²⁶ Trata-se de um indicador conjunto, de avaliação dos rendimentos do pai e da mãe.

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

pais que auferem no máximo 720€; no conjunto dos estudantes localizam-se neste patamar de rendimentos 17% dos pais (quadro 4.5).

Quadro 4.5 Estudantes do 1.º ciclo em residências escolares segundo os rendimentos líquidos mensais dos pais (em percentagem)

Contextos de residência	Rendimentos líquidos mensais dos pais					Total
	Até 720€	721a 1440€	1441a 2160€	2161a 2880€	2880€ e mais	
Em casa (com pais e família)	17,8	40,0	22,7	10,3	9,2	100,0
Casa/apartamento/quarto independente alugado	12,7	39,3	24,7	14,0	9,3	100,0
Residência de estudantes	53,8	46,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	17,0	39,9	22,7	11,5	8,9	100,0

Nota: A variável dos rendimentos líquidos mensais do grupo doméstico de origem apresenta-se no questionário em 10 escalões construídos tendo por base o salário mínimo nacional (embora com valores arredondados) respeitante ao ano de referência da aplicação. Neste tratamento procedeu-se à sua agregação em 5 categorias.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Adicionalmente, 100% dos pais dos estudantes a viverem em residência têm rendimentos líquidos não superiores a 1440€; contra 58% dos pais dos estudantes a residirem com a família e 52% no caso dos que estão em casa/apartamento próprio ou alugado.

Outro indicador que permite uma aproximação à análise dos agregados domésticos dos estudantes a viverem em residências é a escolaridade atribuída à família (construída a partir da dominância do nível mais alto entre o pai e a mãe).

Quadro 4.6 Estudantes do 1º ciclo em residências escolares segundo os níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem (em percentagem)

Contextos de residência	Escolaridade do grupo doméstico de origem			Total
	Até Básico	Secundário	Superior	
Em casa (com pais e família)	59,1	19,9	21,0	100,0
Casa/apartamento/quarto independente alugado	62,8	13,7	23,5	100,0
Residência de estudantes	84,6	7,7	7,7	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Desta forma, a composição social da família dos inquiridos a viver (durante o período lectivo) em residências para estudantes revela níveis de escolaridade muito inferiores face aos restantes, tendo 85% destes pais o básico como escolaridade máxima. Trata-se pois de um segmento com contextos familiares de origem muito pouco escolarizados.

4. ESTADO E APOIOS PÚBLICOS

4.3. Avaliações dos beneficiários sobre as suas condições de vida

Para além das condições reais de existência, a marcarem de forma diferenciada a vivência dos estudantes no ensino superior, importa compreender como estes segmentos avaliam as suas condições de vida. Como se observa no quadro 4.7, as diferenças não são muito expressivas. Em geral os estudantes em análise consideram as suas condições de vida satisfatórias, quer em alojamento quer em bem-estar material.

No entanto, existem algumas diferenças de realce. Nesta perspectiva, metade dos estudantes não beneficiários estão muito satisfeitos com o seu alojamento e os restantes, os apoiados, rondam os 30%. Depois, mais de 1/4 daqueles estudantes (27%) estão igualmente muito satisfeitos com o seu bem-estar material, enquanto os directamente financiados rondam os 10%.

Quadro 4.7 Avaliação das condições de vida segundo o perfil dos estudantes que beneficiam de apoio directo do estado (em percentagem)

Relações com o Estado	Avaliações das condições de vida					Total
	muito satisfatórias	satisfatórias	aceitáveis	insatisfatórias	muito insatisfatórias	
	Alojamento					
Beneficiários	31,2	45,9	19,3	2,8	0,8	100,0
Bolseiros	30,4	45,4	20,3	3,1	0,8	100,0
Outros	49,7	37,7	11,5	1,0	0,1	100,0
	Bem-estar material					
Beneficiários	11,1	42,8	36,7	8,4	1,0	100,0
Bolseiros	9,5	42,6	38,2	8,6	1,1	100,0
Outros	26,9	46,7	22,7	3,3	0,4	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Embora todos convirjam numa boa avaliação das suas condições gerais de vida, não o fazem em grau semelhante, pois os mais dependentes dos apoios financeiros estatais tendem a ter uma opinião mais moderada.



5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

5.1. Padrões de rendimentos por condição perante o trabalho

Os trajectos profissionais dos estudantes trabalhadores, antes e depois do acesso ao ensino superior, permitem observar alguns dos traços sociais que diferenciam este segmento, num conjunto populacional onde o exercício de uma actividade profissional remunerada é ainda minoritário (ver capítulo 2). O panorama geral traçado em relação aos estudantes trabalhadores dá-nos também algumas indicações quanto à importância material e simbólica que o trabalho desempenha nas respectivas condições sociais de existência. Pretende-se agora aprofundar esta análise tomando como indicador central as fontes e quantitativos de rendimentos, a partir de um confronto sistemático entre os estudantes que declaram ter trabalhado pelo menos uma hora/semana, mas não se auto-classificam necessariamente como trabalhadores, e os estudantes que se auto-representam como “trabalhadores” e como “estudantes a tempo inteiro”.

Os dois segmentos de “estudantes trabalhadores”, com evidentes sobreposições, tendem a materializar a própria diferenciação interna que caracteriza as condições sociais que envolvem os exercícios da actividade laboral. Designadamente, é expectável que no conjunto que agrega os que exercem alguma actividade, mesmo que a título precário ou eventual, não se classificando necessariamente como trabalhadores, se venha a encontrar maior diversidade: desde os estudantes com experiências mais precárias e eventuais, aos trabalhadores-estudantes propriamente ditos.

O quadro 5.1 apresenta a proporção de estudantes que beneficia de cada uma das fontes de rendimentos, bem como os quantitativos médios que auferem. De sublinhar, também neste quadro, as taxas de resposta, muito próximas dos 100%, traduzíveis na proporção de alunos que declara beneficiar pelo menos de uma das fontes (quadro 5.1).

São notórias as diferenças, desde logo, nos rendimentos médios totais dos vários subconjuntos – com variações entre os 530€, valor médio mensal de rendimentos dos “estudantes a tempo inteiro”, e cerca de 1000€/1125€, no que respeita aos conjuntos de indivíduos com rendimentos de trabalho. Estes contrastes são ainda reforçados quando se observa a importância relativa de cada uma das fontes, quer em termos do número de estudantes que delas beneficiam, quer relativamente aos valores envolvidos. Entre os que, em larga maioria, não auferem rendimentos de trabalho a família é a principal fonte de sustentação (94% destes estudantes declaram receber dinheiro das respectivas famílias, e 67% beneficiam ainda de ajudas directas ou em géneros, envolvendo montantes médios mensais de cerca de 310€ e 250€, respectivamente). Já no que respeita aos “trabalhadores”, independentemente do conceito em referência, o trabalho surge claramente com uma importância central na sustentação financeira destes indivíduos – 85% ou mais declara rendimentos de trabalho, os quais envolvem, em termos médios, 620€ a pouco mais de 730€ mês.

Nas distribuições relativas aos trabalhadores parece-nos ainda assim importante realçar o peso muito expressivo dos rendimentos provenientes da família, quer quanto aos valores médios envolvidos (curiosamente, superiores nos que se auto-classificam como activos), quer quanto à proporção de estudantes que declaram beneficiar de algum apoio (acima de 61%, quando o critério são as horas/semana de trabalho remunerado, 53% quando os próprios declaram a situação de trabalhadores-estudantes).

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

O segmento de estudantes que se auto-representam como trabalhadores é o que menos frequentemente beneficia de apoios financeiros do estado (17%, menos dez pontos percentuais do que os colegas que se declaram como inactivos), por outro lado, quando apoiados, em termos médios, tendem a receber quantitativos superiores aos dos restantes estudantes (cerca de 300€ mês).²⁷

Quadro 5.1 Estudantes por condição perante o trabalho, segundo as fontes de rendimento de que beneficiam e escalões de rendimentos por sexo

Fontes de Rendimentos mensais ³	(valores médios em Euros e percentagem)					
	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana) ¹		Trabalhadores (auto-conceito) ²		Inactivos (auto-conceito) ²	
	€	%	€	%	€	%
Família/cônjuge (dinheiro)	470	61,2	575	53,2	311	94,0
Família/cônjuge (intangíveis) ⁴	228	48,1	243	42,4	252	66,8
Estado	209	18,2	303	16,9	181	26,5
Trabalho	620	84,5	732	87,5	239	5,0
Outras fontes	476	6,1	398	5,8	222	3,9
Total	987	98,3	1124	98,2	529	97,7

Escalões de rendimentos	(em percentagem)					
	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)		Trabalhadores (auto-conceito)		Inactivos (auto-conceito)	
	HM	M	HM	M	HM	M
Até 365€	19,4	19,5	13,8	13,9	39,2	37,2
366€ a 730€	33,5	34,9	31,7	33,6	42,6	44,7
731€ a 1095€	20,6	20,8	22,8	22,7	12,6	12,9
1096€ a 1460€	8,6	8,6	9,2	9,2	3,0	3,0
1461€ e mais	17,9	16,2	22,5	20,6	2,6	2,2

Notas: **1)** Destes, cerca de 15% não apresenta valores nos rendimentos de trabalho, de onde se deduz que parte ou a totalidade destes estudantes (que não declaram rendimentos) poderão estar enquadrados na figura do "trabalhador familiar não remunerado"; **2)** auto-conceito, ou seja, alunos que inquiridos sobre a sua situação como estudante assumem-se ora como "estudantes a tempo inteiro" ora como "trabalhadores-estudantes"; **3)** para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com rendimentos mensais nessa fonte. As percentagens referem-se à proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter contribuições na fonte em referência; **4)** rendimentos intangíveis reportam as transferências em géneros ou pagamentos directos feitos pelos pais/cônjuge.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Finalmente, as "outras fontes" de rendimento não acolhem grande expressão em termos de número de estudantes que é beneficiado (cerca de 6% nos trabalhadores, e 4% nos outros estudantes). Já o valor médio que resulta destes rendimentos detêm algum peso para os que deles beneficiam (quadro 5.1).

Tendo por base um escalonamento dos rendimentos médios totais auferidos pelos estudantes, o quadro 5.1 apresenta ainda a forma como os estudantes, rapazes e raparigas, se distribuem nos vários escalões.

²⁷Um aprofundamento dos apoios específicos do estado é desenvolvido no capítulo 3.2 da presente edição.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Esta tabela toma por referente o valor do Salário Mínimo Nacional (365€). Embora os rendimentos em referência não sejam todos provenientes da actividade laboral, este constitui um patamar de referência, a partir do qual adquire relevo a comparação com padrões de vida da população portuguesa no seu conjunto. As diferenças entre estudantes que auferem rendimentos de trabalho e os restantes são notórias: enquanto estes últimos se concentram fundamentalmente nos dois primeiros escalões (até 365€ e 366€ a 730€), os trabalhadores, em especial os que se auto-representam como tal, embora mais heterogéneos, marcam a sua diferença face aos colegas, quer pela menor expressão do 1.º escalão (14%, contra 39%), quer sobretudo pela maior presença no segmento de maiores rendimentos (23% auferem 1461€ e mais) [quadro 5.1].

A análise segundo o sexo não traduz variações significativas. Ou seja, no essencial, rapazes e raparigas apresentam-se em proporções semelhantes nas distribuições relativas de rendimentos.

No quadro 5.2 complementam-se estas observações com a análise por tipo de estabelecimento de ensino. Nesta perspectiva, as condições sociais relativamente mais desfavorecidas dos estudantes que frequentam o ensino politécnico são acentuadas. Independentemente da perspectiva de análise, estes estudantes concentram-se em maior proporção nos escalões mais baixos, ao mesmo tempo que marcam menor presença nos rendimentos médios mensais acima de 1100€. Tal como os colegas que frequentam o ensino universitário e o sector particular e cooperativo, este quadro é aligeirado quando exercem uma actividade remunerada, sobretudo quando se toma por referência as distribuições relativas ao auto-conceito.

Os estudantes do ensino particular e cooperativo distinguem-se por uma presença menos expressiva, face aos colegas do sector público, no segmento de menores rendimentos (até 365€ por mês), mesmo quando não exercem actividade remunerada, enquanto os do ensino universitário são os que, em termos médios, retiram maiores dividendos do exercício de trabalho remunerado.

Quadro 5.2 Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões de rendimentos e tipo de estabelecimento de ensino (em percentagem)

Rendimentos mensais	Estabelecimento de ensino								
	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)			Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)		
	Público		Particular e cooperativo	Público		Particular e cooperativo	Público		Particular e cooperativo
	Universitário	Politécnico		Universitário	Politécnico		Universitário	Politécnico	
Até 365€	22,6	26,4	6,3	14,4	21,5	5,1	47,0	49,4	16,1
366€ a 730€	28,4	39,7	35,4	26,4	37,8	33,9	36,7	41,8	52,8
731€ a 1095€	17,2	21,3	25,3	18,8	24,4	27,2	10,5	7,5	21,4
1096€ a 1460€	8,0	4,0	14,6	9,1	5,2	13,2	2,4	0,9	6,1
1461€ e mais	23,8	8,6	18,4	31,3	11,1	20,6	3,4	0,4	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo (ps0,001)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Enfim, numa leitura transversal, considerando os dois conceitos de “trabalhador-estudante”, importa ainda sublinhar o padrão relativamente mais favorecido das distribuições referenciadas ao auto-conceito. As diferenças dão-se de forma sistemática, nos três segmentos de ensino, em dois sentidos: menor proporção de estudantes nos dois primeiros escalões, maior incidência nos últimos, em particular no patamar de rendimentos mais elevados.

Ainda reportado aos contextos escolares, o quadro 5.3 relaciona padrões de rendimentos e áreas de estudo.

Observando primeiro as distribuições dos “estudantes a tempo inteiro”, genericamente apresentam rendimentos médios mais concentrados nos dois escalões mais baixos da escala em análise. Agricultura destaca-se aqui com uma distribuição relativamente mais favorecida, menos incidente no 1.º escalão e com maior peso relativo nos três mais altos.

Este é um panorama que contrasta profundamente, sobretudo neste domínio de formação, com as distribuições relativas aos “trabalhadores estudantes”, em especial quando se considera a auto-atribuição do estatuto de trabalhador, onde, contrariamente aos colegas das restantes áreas, aprofundam ainda mais um padrão de maior desfavorecimento relativo. Por outro lado, estes trabalhadores-estudantes da área de agricultura são os únicos que não apresentam frequências no escalão de rendimentos superior a 1460€/mês.

Quadro 5.3 Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões de rendimentos e área de estudo (em percentagem)

Área de estudo	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)					Trabalhadores (auto-conceito)					Total
	Escalões de rendimentos mensais €					Escalões de rendimentos mensais €					
	< 365	366-730	731-1095	1096-1460	>1461	< 365	366-730	731-1095	1096-1460	>1461	
Educação, Humanid. e Artes	18,4	35,2	16,0	8,0	22,4	13,1	33,3	16,2	8,1	29,3	100,0
C. Sociais, Gestão e Direito	14,9	33,1	23,2	10,8	18,0	11,9	28,4	25,6	11,9	22,2	100,0
Ciências	30,4	35,4	17,7	3,8	12,7	24,1	31,1	20,7	6,9	17,2	100,0
Eng. Prod. e Construção	19,7	35,0	23,9	7,7	13,7	12,6	36,8	27,6	6,9	16,1	100,0
Agricultura	25,0	41,7	8,3	25,0	-	27,3	45,5	9,0	18,2	-	100,0
Saúde e similares	11,4	25,7	22,9	5,7	34,3	3,7	22,2	26,0	3,7	44,4	100,0
Serviços	29,0	25,8	19,4	9,7	16,1	14,3	38,2	19,0	9,5	19,0	100,0

Qui-quadrado não significativo

Área de estudo	Inactivos (auto-conceito)					Total
	Escalões de rendimentos mensais em €					
	< 365	366-730	731-1095	1096-1460	≥ 1461	
Educação, Humanid. e Artes	41,9	40,0	12,3	3,7	2,1	100,0
C. Sociais, Gestão e Direito	36,8	44,3	13,5	2,7	2,7	100,0
Ciências	51,8	37,1	7,3	1,6	2,2	100,0
Engenharias	38,1	43,1	12,9	2,5	3,4	100,0
Agricultura	28,6	41,1	19,6	7,1	3,6	100,0
Saúde e similares	30,9	48,1	14,8	3,9	2,3	100,0
Serviços	42,7	39,5	11,6	3,1	3,1	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,005$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Ciências, com posicionamentos próximos nas distribuições reportadas às duas categorias de trabalhadores, apresenta uma estrutura interna mais heterogénea, com algumas franjas a beneficiarem de rendimentos médios relativamente mais elevados. Enquanto “inactivos” os estudantes desta área de formação são ainda os que apresentam rendimentos médios mais baixos, quer por via da incidência no escalão até 365€, quer porque, simultaneamente, têm menor presença em todos os restantes escalões.

No extremo oposto da escala de rendimentos, estão os “trabalhadores-estudantes” da área de saúde e similares, com uma estrutura particularmente favorecida quando se observa a distribuição relativa às auto-atribuições (cerca de 50% auferem, em termos médios, rendimentos iguais ou superiores a 1100€ por mês).

Educação e humanidades e artes, e também ciências sociais, gestão e direito são áreas de posicionamento intermédio, onde predomina o padrão de rendimentos médios-baixos (até 730€).

A importância relativa, no conjunto de trabalhadores-estudantes, das fontes de rendimentos provenientes da família sugere, que também neste segmento de estudantes, as origens sociais são elementos indispensáveis para a compreensão das respectivas condições socioeconómicas. É esta análise que se desenvolve seguidamente tendo em referência as características socioprofissionais e socioeducacionais dos respectivos grupos domésticos de origem (quadros 5.4 e 5.5).

Quadro 5.4 Estudantes por condição perante o trabalho, segundo escalões rendimentos e origens socioprofissionais (em percentagem)

Categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)						Trabalhadores (auto-conceito)					
	Total % col. *	Escalões de rendimentos/ /mês € (% linha) **					Total % col. *	Escalões de rendimentos/ /mês € (% linha) **				
		≤365	366 a 730	731 a 1095	1096 a 1460	≥1461		≤ 365	366 a 730	731 a 1095	1096 a 1460	≥1461
Empresários, dirigentes e prof. liberais	21,9	14,7	30,2	25,6	12,4	17,1	21,6	8,7	28,2	27,2	15,5	20,4
Profissionais técnicos e de enquadramento	33,7	17,1	28,6	20,6	12,1	21,6	34,1	9,3	29,0	22,8	11,1	27,8
Trabalhadores independentes	8,1	33,3	27,1	20,8	-	18,8	7,6	27,8	22,2	25,0	-	25,0
Trabalhadores independentes pluriactivos	5,8	14,7	44,2	17,6	5,9	17,6	4,6	9,1	40,9	18,2	9,1	22,7
Empregados executantes	10,3	26,2	37,7	14,8	3,3	18,0	11,1	24,5	34,0	15,1	3,8	22,6
Operários	10,2	23,3	38,3	21,7	5,0	11,7	10,7	17,6	35,3	25,5	5,9	15,7
Empregados executantes pluriactivos	10,0	16,9	45,8	16,9	6,8	13,6	10,3	14,3	42,9	20,4	6,1	16,3
Total	100,0	19,3	33,4	20,7	8,6	18,0	100,0	13,7	31,5	22,9	9,2	22,7

Qui-quadrado significativo * (p<0,001) ** (p<0,05)

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem	Inactivos (auto-conceito)					
	Total % col.	Escala de rendimentos/mês € (% linha)				
		≤ 365	366 a 730	731 a 1095	1096 a 1460	≥1461
Empresários, dirigentes e prof. liberais	16,9	32,4	45,2	15,5	3,2	3,7
Profissionais técnicos e de enquadramento	41,1	36,8	40,5	15,2	4,2	3,2
Trabalhadores independentes	5,7	40,9	50,4	8,0	-	0,7
Trabalhadores independentes pluriactivos	5,3	38,0	48,8	10,1	2,3	0,8
Empregados executantes	11,9	46,0	41,1	8,0	2,1	2,8
Operários	9,2	50,0	38,7	9,5	,5	1,4
Empregados executantes pluriactivos	9,9	43,1	44,4	8,8	2,5	1,3
Total	100,0	39,3	42,6	12,6	2,9	2,6

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Regista-se no conjunto dos inactivos um perfil de origens sociais tendencialmente mais favorecido e qualificado (sobretudo na articulação desta análise com a do quadro 5.5), com um maior recrutamento nos profissionais técnicos e de enquadramento do que nos trabalhadores-estudantes; estes apresentam uma proporção mais elevada de pais empresários, dirigentes e profissionais liberais (categoria que integra uma grande diversidade social), e também, embora com diferenças moderadas, das categorias assalariadas de base.

De sublinhar que estas tendências de fundo não se alteram mesmo quando os estudantes iniciaram já o exercício de uma profissão. Ou seja, embora seja evidente uma maior proporção, em todas as origens, de rendimentos médios mais elevados, por outro lado, as distâncias relativas entre estudantes tendem no essencial a manter-se.

Quadro 5.5 Estudantes por condição perante o trabalho e origens socioeducacionais, segundo escala de rendimentos (em percentagem)

Rendimentos mensais	Condição perante o trabalho e origens socioeducacionais								
	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)			Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)		
	≤ B sico	Secundário	Superior	≤ B sico	Secundário	Superior	≤ B sico	Secundário	Superior
Até 365 €	19,3	18,6	20,2	16,1	14,8	8,5	41,7	37,9	36,5
366€ a 730€	35,9	39,2	26,1	30,6	40,7	28,4	44,8	41,0	40,2
731€ a 1095€	21,2	22,7	18,6	24,7	22,2	19,9	10,3	15,6	14,4
1096€ a 1460€	6,2	3,1	15,4	6,7	2,5	17,7	1,4	3,6	4,8
1461€ e mais	17,3	16,5	19,7	22,0	19,8	25,5	1,8	1,8	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (% em linha)	51,8	16,4	31,8	53,5	17,0	29,5	47,2	16,2	36,6

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Também no que respeita às relações entre contextos socioeducacionais da família de origem e rendimentos dos estudantes se verifica uma correlação (quadro 5.5). Neste quadro, porém, o exercício de trabalho remunerado parece traduzir alguma mobilidade intergeracional, expressa numa atenuação da influência das origens nos respectivos padrões de rendimentos. Nesta leitura, se nos inactivos se verifica uma relação directa entre as duas variáveis – em todos os escalões quanto maior a escolaridade de origem, maior o padrão de rendimentos dos estudantes –, nas distribuições relativas aos trabalhadores observa-se maior diferenciação, sobretudo nos rendimentos intermédios, ou seja, a relação não se revela tão directa.

5.2. Fontes de rendimentos por condição perante o trabalho

Os padrões de rendimentos dos estudantes, referenciados a quantitativos médios globais, nada nos dizem sobre a importância relativa das diversas fontes, sendo certo que, de acordo com a análise já desenvolvida, na composição final desses rendimentos, o trabalho não é a única nem, por vezes, a mais importante fonte. Isto mesmo no caso dos que exercem uma actividade remunerada. É este enfoque analítico que se desenvolve seguidamente.

O quadro 5.6 equaciona a composição de rendimentos dos vários segmentos de “trabalhadores” e “inactivos” por sexo, dando conta, simultaneamente, da importância relativa de cada fonte e do respectivo quantitativo médio.

Para o conjunto de “estudantes a tempo inteiro” a família é manifestamente a principal fonte de dinheiro: acima de 80% do total destes estudantes depende dela para o seu sustento. Neste segmento, a análise por género realça ainda o papel complementar do estado, com cerca de 16% do total de raparigas e 10% de rapazes abrangidos por algum tipo de apoio público.

Quanto aos trabalhadores estudantes, a importância das retribuições de trabalho são notórias, detendo um peso relativo de cerca de 60%. Aqui é interessante sublinhar as variações totais e por género, consoante se referencia a análise ao conceito de actividade proposto pelo INE ou a auto-atribuições de estatuto de trabalhador.

No primeiro caso, que agrega todos os que trabalharam pelo menos uma hora/semana,²⁸ as remunerações auferidas no trabalho representam cerca de 60% dos rendimentos totais, enquanto os apoios financeiros da família atingem cerca de 1/3 dos estudantes. Neste conjunto, para as estudantes o trabalho tem um papel acrescido em quatro pontos percentuais face aos colegas do sexo oposto, enquanto o peso relativo do dinheiro recebido da família diminui.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Quadro 5.6 Estudantes por condição perante o trabalho e sexo, segundo as fontes de rendimentos

(em percentagem)

Fontes de Rendimento ¹	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)			Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Família/cônjuge	32,7	29,6	36,4	30,0	34,2	26,6	81,0	80,7	81,2
Estado	4,3	2,9	5,9	5,0	5,4	4,7	13,3	15,5	10,1
Trabalho	59,7	61,9	56,9	62,7	59,6	65,2	3,3	2,5	4,6
Outras fontes	3,3	5,6	0,8	2,3	0,8	3,5	2,4	1,3	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(valores médios em Euros)

Fontes de Rendimento ¹	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)			Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Família/cônjuge	289	279	304	308	331	290	295	289	303
Estado	38	27	49	51	53	52	49	55	38
Trabalho	527	583	474	643	578	711	12	9	17
Outras fontes	29	52	7	23	8	38	9	5	15
Total	884	942	834	1025	970	1091	365	358	374

Notas: 1) Para efeitos do cálculo de rendimentos médios mensais, consideram-se todos os indivíduos de cada subconjunto que declaram pelo menos uma fonte de rendimento. Neste quadro, os rendimentos provenientes da família não incluem receitas intangíveis.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Observando a distribuição dos que se auto-representam como trabalhadores, embora as tendências de fundo sejam comuns, reforça-se na distribuição total a importância do trabalho e, na análise por sexo, passam a ser eles, mais do que elas, a atribuir maior peso às remunerações profissionais, ao mesmo tempo que o papel da família na composição de rendimentos diminui nos rapazes e aumenta nas raparigas.

Ainda no quadro 5.6, olhando para os rendimentos médios dos estudantes, importa sublinhar o contraste inactivos/activos, com os primeiros a receber, em média, cerca de 2/3 menos do que os segundos. Estas diferenças são acentuadas quando confrontamos os inactivos face aos que se auto-representam na categoria de trabalhadores.

Nas composições de rendimentos, as variações antes assinaladas, quer em relação aos totais, quer segundo o género reflectem-se, também aqui, nos diferenciais de quantitativos médios auferidos em cada fonte de rendimentos. Complementando esta análise, o quadro 5.7 estabelece uma relação entre quantitativos, fontes de rendimentos e idades dos estudantes.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Quadro 5.7 Estudantes por condição perante o trabalho e grupo etário, segundo as fontes de rendimentos

(em percentagem)

Fontes de Rendimento ¹	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)				Trabalhadores (auto-conceito)				Inactivos (auto-conceito)			
	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos
Família/cônjuge	32,7	40,0	27,3	31,0	30,0	34,3	24,5	30,2	81,0	85,1	71,6	53,8
Estado	4,3	7,8	4,5	2,6	5,0	6,1	6,0	4,4	13,3	10,4	22,0	27,7
Trabalho	59,7	46,5	59,9	63,9	62,7	58,7	66,8	62,8	3,3	2,0	5,4	14,0
Outras fontes	3,3	5,7	2,3	2,5	2,3	0,9	2,7	2,6	2,4	2,5	1,0	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(valores médios em euros)

Fontes de Rendimento ¹	Trabalhadores (≥ 1 hora/semana)				Trabalhadores (auto-conceito)				Inactivos (auto-conceito)			
	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos	Total	≤ 23 anos	24-27 anos	≥28 anos
Família/cônjuge	289	199	213	482	308	193	199	476	295	284	337	440
Estado	38	39	35	40	51	34	49	69	49	35	103	226
Trabalho	527	231	516	994	643	329	542	991	12	7	26	114
Outras fontes	29	29	18	38	23	5	22	41	9	9	5	37
Total	884	498	781	1555	1025	561	812	1577	365	334	471	818

Nota: 1) Para efeitos do cálculo de rendimentos médios mensais, consideram-se todos os indivíduos de cada subconjunto que declaram pelo menos uma fonte de rendimento. Neste quadro, os rendimentos provenientes da família não incluem receitas intangíveis.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Este quadro acentua alguns dos processos antes assinalados, introduzindo, igualmente, novos elementos de esclarecimento. Numa leitura global, importa antes de mais salientar a correlação muito expressiva entre montantes médios de rendimentos e idades. Isto quer para os “estudantes a tempo inteiro” quer para os “trabalhadores”. Um outro traço que é transversal prende-se com a importância do dinheiro entregue pela família, em especial no conjunto etário onde esse apoio, eventualmente, não seria tão expectável (sobretudo quando exercem uma profissão), ou seja, no caso dos que têm 28 e mais anos. É provável que a família a que se referem seja a que entretanto constituíram.

Relativamente aos inactivos, sublinhe-se ainda, tanto no último grupo etário, como nas idades de 24 a 27 anos, a importância relativa dos rendimentos provenientes do estado no total de montantes auferidos (quadro 5.7): representam, respectivamente, 28% e 22% dos rendimentos médios totais. No conjunto dos estudantes com 28 e mais anos, que se auto-representam como inactivos, refira-se também a relevância dos rendimentos de trabalho (14%). Provavelmente, estarão aqui incluídos parte dos estudantes que desenvolvem actividades laborais pontuais, a título precário ou de forma não regular e que não se auto-representam como trabalhadores.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

5.3 Contextos de residência por condição perante o trabalho

No sentido de aprofundar a análise dos processos de transição para a vida adulta, e a importância relativa da família, estado, trabalho e outros, na sustentação das condições de existência, designadamente entre os estudantes que iniciaram já uma actividade laboral e se auto-representam como trabalhadores (uma vez que é neste conjunto que o trabalho tanto no plano material como simbólico é mais vincado), desenvolve-se de seguida uma análise que perspectiva o auto conceito activos/inactivos em função dos respectivos padrões de residência.

No que respeita aos “estudantes a tempo inteiro” a família é manifestamente a principal fonte de financiamento dos estudantes, e na maioria das situações – exceptuando o caso dos que estão alojados em residências para estudantes, onde o estado detém também um papel de relevo – é mesmo a única fonte com expressão quantitativa. Este quadro é assim, sublinhe-se, independentemente do tipo de alojamento do estudante, indiciando que em larga maioria estarão, muito provavelmente, deslocados da residência de origem precisamente por motivos de estudo.

As condições socioeconómicas dos trabalhadores em função dos contextos de residência introduzem algumas variações nas respectivas composições de rendimentos. Neste conjunto o trabalho é claramente a principal fonte, sendo ligeiramente mais importante para os que residem em casa própria ou alugada ou num quarto. Neste segmento dos estudantes alojados em quartos, os rendimentos de trabalho (em termos médios na ordem dos 510€) são complementados ora pela família (em dinheiro e intangíveis, num valor médio de 210€), ora pelo estado (em média 95€), ora ainda, embora de forma mais residual, por outras fontes (em média 50€).

Quadro 5.8 Estudantes por condição perante o trabalho e padrões de residência, segundo as fontes e quantitativos médios de rendimentos

(em percentagem)

Fontes de Rendimento €	Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)			
	Casa dos pais	Casa própria ou alugada	Quarto alugado	Casa dos pais	Casa própria ou alugada	Quarto alugado	Residência estudantes
Família (dinheiro)	31,6	22,4	16,4	53,8	55,0	60,4	40,6
Família (intangíveis)	6,2	14,8	8,7	34,5	30,8	32,2	28,6
Estado	4,6	3,5	10,8	7,9	9,3	7,4	27,3
Trabalho	55,5	58,3	58,4	2,0	3,0	-	3,5
Outras fontes	2,1	1,0	5,7	1,8	1,9	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

(valores médios em Euros)

Fontes de Rendimento € ¹	Trabalhadores (auto-conceito)			Inactivos (auto-conceito)			
	Casa dos pais	Casa pr pria ou alugada	Quarto alugado	Casa dos pais	Casa pr pria ou alugada	Quarto alugado	Resid ncia estudantes
Família (dinheiro)	171	509	144	261	368	317	162
Família (intangíveis)	113	100	76	146	236	169	114
Estado	27	74	95	44	54	39	109
Trabalho	443	896	511	14	14	-	14
Outras fontes	8	34	50	9	12	-	-
Total	762	1613	876	474	684	525	399

Notas: 1) para efeitos do cálculo de rendimentos médios mensais, consideram-se todos os indivíduos de cada subconjunto que declaram pelo menos uma fonte de rendimento.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

É no subconjunto dos trabalhadores-estudantes que residem em casa própria ou alugada que a “transição para a vida adulta”, nas suas várias componentes – trabalho e núcleo familiar autónomo, em casa própria – se consubstancia com maior evidência. É provável que a família que estes estudantes referenciam seja a actual (o próprio, o cônjuge/companheiro(a) e eventualmente os filhos) e não a de origem. Em termos médios estes indivíduos apresentam um padrão de rendimentos mais elevado (na ordem dos 1600€), muito acima de todos os restantes segmentos.

O quadro 5.9 sistematiza as fontes de rendimentos de activos/inactivos, que não residem em casa das respectivas famílias de origem, confrontando remunerações de trabalho e rendimentos base segundo o sexo.

Quadro 5.9 Estudantes com resid ncia independente por condi o perante o trabalho e sexo, segundo as fontes e escal es de rendimentos

(em valores médios)

Estudantes	Rendimentos base ¹	Rendimentos de trabalho	Total de rendimentos
Inactivos (auto-conceito)	591	10	601
Trabalhadores (auto-conceito)			
Mulheres	606	808	1414
Homens	518	947	1465
Total	559	878	1437

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

(em percentagem)

Escala es de rendimentos € ²	Trabalhadores com residência independente	
	Rendimentos base ¹	Rendimentos de trabalho
	%	%
Até 365	48,9	31,9
366 a 730	17,7	18,2
731 a 1095	14,7	20,8
1096 a 1460	4,8	10,8
1461 a 1730	3,5	8,7
1731 a 2800	6,5	7,4
2801 e mais	3,9	2,2
Total	100,0	100,0

Notas: **1)** "rendimentos base": todas as fontes de rendimentos (incluindo intangíveis) excepto rendimentos de trabalho; **2)** escalões de rendimentos mensais em percentagem de todos os estudantes trabalhadores que residem em casa própria/alugada ou em quarto alugado.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Em termos médios, os homens auferem rendimentos de trabalho ligeiramente superiores. Esta diferença é atenuada nas mulheres por um acréscimo dos rendimentos base, embora não seja completamente anulada no quantitativo médio de rendimentos finais (1465€, no caso dos homens; 1414€, no caso das mulheres).

A abordagem por escalões de rendimentos dá relevo, no conjunto dos trabalhadores-estudantes, a uma estrutura muito concentrada nos patamares mais baixos/médios-baixos, enquanto os segmentos melhor remunerados são minoritários (em termos médios, apenas 2,2% auferem rendimentos de trabalho iguais ou superiores a 2800€; havendo 7,4% que recebem entre 1731€ a 2800€).

5.4. Relação entre trabalho remunerado e estudos: um balanço

Considerando o conjunto de estudantes trabalhadores à luz dos vários indicadores aqui analisados, parece-nos claro que nem todos se encontram na mesma fase do ciclo de vida relativamente ao trabalho e à profissão. Nomeadamente, se para uns o exercício de uma actividade remunerada tende a constituir uma condicionante primordial na forma como configuram (no plano material e ao nível das representações) as suas posições relativas no espaço das condições de existência, para outros o trabalho poderá ser encarado apenas como uma estratégia de maior autonomização face à família, um meio complementar de acesso a rendimentos, uma forma de dar cobertura a necessidades que eventualmente os pais não podem ou não querem custear.²⁹

É também provável que nos processos de inserção profissional destes estudantes as condicionantes associadas aos seus percursos biográficos se intercalem com outras de natureza diversa, ligadas às próprias dinâmicas institucionais do sistema de emprego. Ou seja, se por um lado, as orientações

²⁹ Neste caso a actividade remunerada é frequentemente desenvolvida em regime de tempo parcial. Esta é uma modalidade com pouco peso relativo no conjunto da população activa portuguesa, mesmo no segmento mais jovem; pelo contrário, em outros países, como por exemplo a Dinamarca e a Holanda, constitui mesmo uma estratégia para garantir a extensão da escolaridade. Veja-se a este propósito a publicação da Comissão Europeia intitulada *Les Jeunes de L' Union Européenne*. Ou *Les Âges de Transition*, op cit, pp. 41-43.

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

de procura (de trabalho) dos vários segmentos, dirigindo-se à resposta de “urgências” diferentes, são bastante distintas, por outro lado, também as condições que hoje se oferecem aos (futuros) diplomados, que só recentemente tiveram a sua primeira experiência profissional, não são iguais às que se impuseram aos seus colegas mais velhos, cujo acesso ao ensino superior passou previamente por uma consolidação da actividade no mercado de trabalho.

Em jeito de complemento, o quadro 5.10 aborda as avaliações dos estudantes, por sexo e escalão etário, quanto à relação entre actividades profissionais desenvolvidas actualmente e de estudo.

Quadro 5.10 Relação entre actividades de trabalho remunerado e de estudo, por sexo e grupo etário (em percentagem)

Trabalho/estudos ¹	Sexo*			Idades**		
	HM	H	M	≤ 23 anos	24-27 anos	≥ 28 anos
Completamente relacionadas	21,9	26,6	17,5	14,6	19,4	29,1
Bastante relacionadas	30,4	27,5	33,2	21,5	28,7	40,3
Pouco relacionadas	21,9	24,8	19,2	29,1	23,2	14,5
Não estão de todo relacionadas	25,8	21,1	30,1	34,8	28,7	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo *(p≤0,05) **(p≤0,001)

Nota: 1) Em percentagem dos estudantes que se auto-representam como trabalhadores.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

No conjunto representam 52% os estudantes que estabelecem uma relação entre actividades profissionais e de estudo – dos quais 22% “completamente relacionada”, 30% “bastante relacionada”. Nestas avaliações o segmento masculino tende a estabelecer com maior frequência uma relação forte entre as duas esferas (27%, contra 18% das raparigas), ao mesmo tempo que nelas acresce o peso das que declaram não haver qualquer relação (30%, contra 21%, no caso dos rapazes).

Estas variações são ainda mais acentuadas quando perspectivadas por grupos etários. Reflectindo eventualmente alguns dos processos antes assinalados: 64% dos trabalhadores-estudantes até 23 anos declaram que as actividades profissionais e de estudo estão pouco (29%) ou nada relacionadas entre si (35%); pelo contrário, no segmento dos mais velhos a escala de avaliações inverte-se, com 69% a estabelecer uma relação entre ambas as actividades (29% muito, 40% bastante).

A análise dos trabalhadores-estudantes parece enquadrar diversas realidades – quanto ao tipo de rendimentos, aos tempos despendidos, às funções implicadas e ao grau de profissionalização – o que pode dar conta de trajetórias profissionais marcadas aqui em momentos diferenciados.

Como avaliam estes estudantes as suas condições de vida em termos de bem-estar material e carga de trabalho? Terão padrões de satisfação muito diferenciados dos seus colegas “estudantes inactivos”? (ver quadro 5.11)

5. TRABALHO, INVESTIMENTO E MEIOS DE VIDA

Com maior frequência do que os seus colegas com rendimentos de trabalho, os “estudantes a tempo inteiro”, declaram-se satisfeitos com o seu bem-estar material (24% muito; 46% satisfeitos, contra 15% e 45% dos que se auto-representam como trabalhadores). Já no que respeita à carga de trabalho, que para estes estudantes se relaciona fundamentalmente com as actividades de estudo, quase 50% considera-a “aceitável”, enquanto 31% afirma-se satisfeito. Neste indicador as diferenças face aos trabalhadores são marcantes, acentuando-se neste conjunto o peso dos que manifestam insatisfação (33%, dos quais 10% muito e 23% insatisfeitos).

Quadro 5.11 Satisfação com bem-estar material e carga de trabalho, por condição perante o trabalho dos estudantes (em percentagem)

Avaliação	Trabalhadores (auto-conceito)		Inactivos (auto-conceito)	
	Bem-estar material	Carga de trabalho ¹	Bem-estar material	Carga de trabalho ¹
Muito satisfatórias	15,2	4,8	24,4	4,9
Satisfatórias	45,1	19,9	46,0	31,1
Aceitáveis	30,8	42,4	25,3	48,1
Insatisfatórias	7,9	22,6	3,9	12,5
Muito insatisfatórias	1,0	10,3	0,4	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Gui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Notas: 1) Indicador: “carga de trabalho (estudo e trabalho remunerado)”.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.



6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

6.1. Despesas dos estudantes por contextos de residência e ensino

A análise desenvolvida nos capítulos anteriores procurou aprofundar a diversidade de situações que enquadram os contextos e condições sociais de vida dos estudantes que frequentam actualmente o ensino superior, conjugando, em perspectivas diversas, os diferentes quadros sociais, fontes de financiamento dos estudos e quantitativos médios mensais de rendimentos. Pretende-se agora completar essa caracterização com a abordagem das despesas e padrões de consumo, de natureza variada: desde os que respeitam à satisfação de necessidades básicas, como o alojamento, alimentação e vestuário/higiene pessoal; aos que mais directamente se relacionam com a condição estudantil, como o pagamento de serviços a instituições de ensino, a aquisição de materiais/livros de estudo ou o próprio uso de computador e internet.

O quadro 6.1 apresenta os indicadores de despesas e respectivos quantitativos médios mensais calculados por referência aos gastos declarados pelos estudantes com encargos em cada item; numa segunda perspectiva, o total de despesas mensais é organizado em escalões diferenciados, no sentido de permitir observar a forma como os diversos segmentos se distribuem nos vários patamares.

Olhando para a distribuição relativa ao conjunto de estudantes, dos 97% que declaram pelo menos um item de despesa, têm associados gastos médios mensais de 575€ (em dinheiro e intangíveis).

Dos vários indicadores considerados, a alimentação é o que acolhe maior número de respostas – cerca de 90% dos estudantes declara este tipo de despesa, à qual está associada um quantitativo médio de 108€/mês. Nestas despesas básicas mensais acrescem ainda os gastos em transporte – declarados por 83% dos estudantes, e envolvendo em média 59€ –, assim como em vestuário – em média 68€, relativos a 72% de respondentes.

Nos itens mais relacionados com as actividades de estudo, o pagamento de serviços a instituições é dos que maior peso detém no orçamento dos estudantes – destes, cerca de 55% declaram gastos médios mensais de 147€. Acresce que, com forte probabilidade, parte dos apoios directamente pagos pela família incluídos na rubrica “outras despesas” podem também incorporar alguns pagamentos ao estabelecimento de ensino – 179€, para 56% de estudantes. Sublinhe-se ainda, nos gastos associados com as actividades de estudo, a aquisição de materiais e livros de estudo – admitidos por 83%, implicam cerca de 54€/mês – ou, ainda, as despesas com material informático e uso de internet – declaradas por uma menor proporção de alunos, 44%, têm associados um montante médio de 41€.

No orçamento dos estudantes, o alojamento quer para os deslocados, quer para o conjunto (minoritário) que entretanto já se autonomizou da respectiva família de origem, é claramente o vector com maior peso. Apesar de nem todos os estudantes que não residem com o núcleo familiar de origem apresentarem despesas de alojamento (destes, cerca de 90% declara este tipo de gastos, donde se deduz que parte dos restantes poderão alojar-se em casa de outros familiares/amigos a título gratuito), quando o fazem aquelas assumem um padrão que em termos médios atinge os 252€/mês.

É tendo em conta esta realidade que nos pareceu importante, logo na primeira abordagem das despesas, distinguir os vários contextos de residência. Assim, no caso dos estudantes que residem em casa dos pais é notável o reforço relativo das transferências relacionadas com pagamentos ao

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

estabelecimento de ensino, assim como para os que declaram este tipo de consumos, os gastos associados à utilização de computador e internet. Em todas as restantes dimensões consideradas, estes estudantes apresentam um padrão médio de encargos mensais bastante mais baixo (no caso dos gastos gerais incluídos na rúbrica outras despesas) ou relativamente mais moderados (alimentação) ou equivalentes ao conjunto (vestuário, compra de materiais de estudo e livros e transportes).

Quadro 6.1 Itens e quantitativos médios mensais de despesas por contextos de residência dos estudantes

(valores médios em euros e percentagem)

Despesas mensais € ¹	Contextos de residência									
	Todos os estudantes		Casa dos pais		Casa própria ou alugada		Quarto alugado		Residência estudantes	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Alojamento (dinheiro e intangíveis) ^{2*}	252	89,6	-	-	296	87,3	201	98,8	142	71,3
Alimentação*	108	89,1	85	81,4	146	91,4	110	93,9	116	93,9
Vestuário/higiene*	68	72,0	67	62,9	81	76,4	52	79,3	47	84,3
Pagamentos a instituições*	147	55,4	154	51,1	158	57,5	123	52,0	81	66,1
Materiais/livros de estudo	54	83,4	54	76,5	59	84,1	49	88,1	49	89,6
Transportes*	59	82,5	59	78,0	66	81,3	51	84,1	39	86,1
Material informático/internet	41	43,7	46	41,8	40	45,7	31	38,9	24	33,9
Outras despesas (inclui intangíveis)*	179	56,4	68	24,8	195	51,0	123	56,2	145	49,6
Total	575	97,0	430	95,8	720	97,5	521	100,0	472	99,1

Análise da variância significativa *(ps0,001)

(percentagem em coluna)

Escalões de despesas €	Contextos de residência (despesas em dinheiro) ³					Contextos de residência (despesas em dinheiro e pagamento intangíveis) ⁴			
	Todos os estudantes	Casa dos pais	Casa própria ou alugada	Quarto alugado	Residência estudantes	Todos os estudantes	Casa própria ou alugada	Quarto alugado	Residência estudantes
	até 150€	18,9	26,9	8,7	12,4	7,9	10,8	6,0	4,4
151-250€	18,8	22,0	13,7	15,2	24,6	12,8	7,0	13,5	18,3
251-350€	16,0	15,3	14,1	16,9	35,0	15,9	14,0	16,1	32,2
351-450€	12,5	9,7	13,8	19,4	14,9	13,0	12,5	19,9	16,5
451-550€	9,9	8,9	9,8	14,5	5,3	10,1	10,4	14,0	8,7
551-650€	6,9	6,4	8,9	6,2	2,6	8,5	9,5	10,3	4,3
651-750€	4,1	3,3	5,7	4,3	1,8	6,0	7,8	4,7	0,9
751-850€	3,3	2,7	4,2	4,0	2,6	4,4	4,6	4,7	2,6
851€ e mais	9,6	4,8	21,1	7,1	5,3	18,5	28,2	12,4	13,0

Qui-quadrado significativo (ps0,001)

Nota: 1) Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com despesas mensais nesse item. Percentagens em proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter despesas na dimensão respectiva, face ao total que declara pelo menos um item de despesa. **2)** Pagamentos efectuados directamente pela família em alojamento e serviços associados; percentagem em proporção de estudantes com despesas neste item no total de cada subconjunto que não reside em casa dos pais; **3)** Despesa média mensal paga directamente pelos estudantes (em dinheiro); **4)** Despesa média mensal incluindo pagamentos intangíveis em alojamento e serviços associados.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Entre os segmentos que não residem com os pais, pelo menos em período lectivo, claramente, o que apresenta um padrão de despesas mais elevado é o que reside em casa própria ou alugada – com gastos médios mensais que, para os 98% que apresentam alguma despesa, rondam os 720€, têm quantitativos superiores ao padrão de conjunto em todos os itens. É provável que estes alunos, como se referiu antes, estejam reportados a um contexto familiar actual.

Quanto aos restantes segmentos, os estudantes alojados em quarto alugado ou em residência, de forma consistente, e com excepção da alimentação e também dos gastos incluídos em “outras despesas” – que, de resto, podem envolver, entre outros, alguns alimentos entregues pela família – apresentam um orçamento bastante mais modesto do que os restantes colegas. Isto, apesar de a sua situação de “deslocados” da residência de origem, implicar uma disponibilidade financeira relativamente mais elevada do que a que caracteriza os estudantes que residem em casa dos pais. Estes apresentam despesas médias totais de 430€/mês, enquanto os que estão em quarto alugado despendem, em termos médios, cerca de 520€, e os alojados em residência apoiada pela acção social do ensino superior em média cerca de 470€.

Nas distribuições relativas ao total de despesas por escalões distinguem-se, por um lado, os gastos pagos directamente pelos estudantes e, por outro lado, a soma acumulada destes gastos acrescidos dos apoios intangíveis da família (quadro 6.1). A primeira abordagem sublinha a forte concentração dos estudantes que residem com os pais nos escalões até 250€/mês (48%), sendo o seu peso inferior ao que se verifica na distribuição de conjunto em todos os restantes. Os beneficiários do estado alojados em residências apresentam aqui um padrão muito concentrado nos escalões de 151€ a 250€ (1/4 destes estudantes) e 251€ a 350€ (35%). Quanto aos que residem em quarto alugado distribuem-se de forma mais dispersa entre os patamares de 151€ a 350€ (32%) e 351€ a 450€ (34%). Nestas distribuições os estudantes que residem em casa própria/alugada apresentam uma distribuição quase invertida face aos restantes colegas, embora também mais heterogénea: cerca de 1/5 posiciona-se no patamar de despesas mensais acima dos 850€, mas a proporção é equivalente nos dois escalões de menores despesas.

Os contrastes dos padrões de despesas em função do contexto de residência são acentuados quando se consideram, também, os apoios em géneros ou pagamentos directos pela família a instituições ou aos senhorios das casas/quartos onde os estudantes estão alojados. Isto embora as tendências de fundo assinaladas se mantenham.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Quadro 6.2 Itens e quantitativos médios mensais de despesas por região do estabelecimento de ensino

(valores médios em euros e percentagem)

Despesas mensais ¹	Total		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Ilhas	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Alojamento (dinheiro) *	190	28,3	172	23,5	162	40,9	242	22,5	166	53,6	195	21,9	183	14,0
Alojamento (intangíveis) ^{2*}	216	53,6	215	60,8	172	49,6	286	52,3	179	54,0	225	58,8	-	-
Alimentação*	108	86,4	96	84,2	99	90,0	119	84,6	129	94,1	118	90,4	99	95,3
Vestuário/higiene**	68	69,8	67	65,9	57	73,9	75	69,7	74	75,8	58	75,3	60	67,4
Pagamentos a instituições*	147	53,7	170	53,9	88	42,0	163	59,2	127	62,7	68	41,1	98	76,7
Materiais/livros de estudo	54	80,9	59	78,8	48	84,3	56	78,6	49	91,5	45	83,6	56	93,0
Transportes	59	80,0	59	78,1	56	80,2	59	81,6	63	80,4	60	79,5	82	76,7
Material informático/internet	41	42,4	37	42,0	30	37,2	50	46,6	44	37,9	30	39,7	44	39,5
Outras despesas (com intangíveis) *	179	54,7	219	53,5	107	64,4	206	51,1	162	47,1	114	61,6	172	41,9
Total^{3*}	495	97,0	497	96,9	407	98,3	548	95,8	543	98,7	394	98,6	440	100,0

Análise de variância significativa * (p<0,001) ** (p<0,005)

(percentagem em coluna)

Total despesas mensais € ⁴	Todos os estudantes	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Ilhas
até 150€	18,9	21,4	20,5	16,6	15,3	18,6	9,3
151-250€	18,9	18,9	21,5	17,4	14,0	22,9	25,6
251-350€	16,2	16,2	18,6	14,0	18,8	15,7	30,2
351-450€	12,4	10,1	14,9	12,1	15,3	17,1	14,0
451-550€	9,8	10,0	8,5	11,1	7,3	11,4	2,3
551-650€	6,8	6,9	4,7	7,5	9,3	8,6	7,0
651-750€	4,0	5,3	3,0	4,2	2,0	-	2,3
751-850€	3,4	3,5	2,0	4,2	4,0	1,4	-
851€ e mais	9,6	7,7	6,3	12,9	14,0	4,3	9,3

Qui-quadrado significativo (p<0,001)

Nota: 1) Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com despesas mensais nesse item. Percentagens em proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter despesas na dimensão respectiva, face ao total de estudantes na região; **2)** Apenas considera valores declarados pelos estudantes que não residem com os pais; percentagem de estudantes com este tipo de despesas face ao total com residência independente, em cada região; **3)** Os valores médios relativos aos totais de despesas nos vários sectores não incluem os pagamentos efectuados pela família em alojamento e serviços associados; **4)** Escalões referenciados aos totais de despesas em dinheiro.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

O quadro 6.2 complementa esta análise considerando as despesas em articulação com a região (Nut II) em que se localiza o estabelecimento de ensino. Tal como na abordagem anterior, as variações de despesas em função da região são muito significativas.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Lisboa apresenta-se como o contexto onde o esforço financeiro para cobrir a manutenção dos estudantes nas várias dimensões é mais elevado (nesta região os estudantes gastam em média 548€). Isto sem incluir apoios intangíveis pagos pela família em alojamento e serviços relacionados. O Alentejo é a região com o padrão mais próximo (543€), algo distante da região Norte (com uma média de despesas mensais de 497€). O Algarve (394€) e o Centro (407€) são as regiões onde em termos médios os estudantes despendem menos dinheiro. As Ilhas situam-se neste plano numa posição intermédia (440€).

É interessante analisar quais dimensões que em termos relativos contribuem mais, ora para aumentar os orçamentos, ora para os diminuir. No caso, desde logo, das Ilhas são manifestamente os transportes (em termos médios mais onerosos do que em qualquer outro contexto). O Algarve é favorecido pelos valores médios relativamente inferiores das despesas relacionadas com pagamentos a instituições, materiais/livros de estudos, informática/internet, vestuário e outras despesas não especificadas. Os quantitativos médios atribuídos pelos estudantes do Algarve nestes itens, compensam despesas médias em alojamento que se aproximam dos valores obtidos para o conjunto de estudantes e, sobretudo, o peso detido, nesta região, pelas despesas em alimentação. O Norte apresenta uma distribuição muito próxima da que caracteriza o conjunto, ou mesmo ligeiramente favorecida, nos pagamentos directos em alojamento e alimentação. Neste contexto o pagamento de serviços ao estabelecimento de ensino tem, em termos médios, um peso relativo bastante elevado, designadamente no conjunto de estudantes que declaram estas despesas. A região Centro é favorável na generalidade das dimensões, apresentando médias mensais inferiores às do total de estudantes. Lisboa, pelo contrário, traduz uma distribuição média de despesas tendencialmente mais elevada nas várias dimensões, com particular destaque para os montantes médios envolvidos no pagamento dos chamados bens essenciais, como o alojamento e alimentação. Esta última é a dimensão que se verifica mais dispendiosa, em termos relativos, no conjunto de encargos médios na região do Alentejo.

A análise do peso relativo dos escalões de despesas nas várias regiões reflecte alguns dos contrastes antes assinalados. No Algarve, Centro e Norte são preponderantes os estudantes com gastos mensais localizados nos dois primeiros escalões (cerca de 40%). Quanto às Ilhas, mais de 55% tem consumos mensais posicionados no 2.º e 3.º escalão (entre 150€ a 350€). O Alentejo apresenta um padrão incidente nos patamares intermédios e também no mais elevado. Lisboa, embora com 1/3 de estudantes com gastos localizados nos dois primeiros escalões, apresenta também um padrão intermédio, mas com maior dispersão nos vários patamares de gastos (quadro 6.2).

O quadro 6.3 relaciona os perfis de despesas, nas várias dimensões consideradas, com o tipo de estabelecimento de ensino. Aqui o sector particular e cooperativo destaca-se, de forma muito significativa, pelos gastos médios mensais mais elevados em todos os itens. Estes estudantes são os que com menos frequência estão alojados em residência independente, mas quando tal acontece têm encargos médios mais elevados do que os colegas do sector público. Neste quadro, para a generalidade dos estudantes deste sector de ensino superior, os pagamentos a instituições de ensino constituem a componente mais onerosa dos respectivos orçamentos – em média 283€ mensais, para uma proporção de 58% dos estudantes; acrescidos de boa parte das transferências directas (pagas pela família), incluídas no item “outras despesas”: para 54% de estudantes, com valores médios mensais que ronda os 290€.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

No sector público, e reforçando as análises desenvolvidas ao longo da presente publicação, os estudantes do politécnico apresentam um perfil de gastos médios mensais sistematicamente mais baixo. As diferenças também face aos colegas do ensino universitário são bastante expressivas, mais do que no peso de alunos com despesas em cada dimensão, no valor médio que as mesmas assumem. Isto desde os pagamentos ao estabelecimento de ensino (em média 68€ no politécnico, contra 102€ no universitário); à aquisição de materiais e livros de estudo (40€ e 52€, respectivamente), assim como em relação às componentes ligadas à satisfação de necessidades básicas de alimentação, alojamento e vestuário.

Quadro 6.3 Itens e quantitativos médios mensais de despesas por subsistema e sector de ensino

Despesas mensais € ¹	(valores médios em euros e percentagem)							
	Todos os estudantes		Público Universitário		Público Politécnico		Particular e cooperativo	
	€	%	€	%	€	%	€	%
Alojamento (dinheiro) *	190	28,3	199	31,6	161	31,8	212	19,7
Alojamento (intangíveis) ² *	216	53,7	201	56,4	181	50,6	317	5,0
Alimentação*	108	86,4	115	88,6	92	88,1	112	81,4
Vestuário/higiene*	68	69,8	69	68,8	56	72,7	78	68,6
Pagamentos a instituições*	147	53,7	102	52,3	68	51,9	283	57,9
Materiais/livros de estudo*	54	80,9	52	82,5	40	83,5	75	75,8
Transportes**	59	80,0	57	81,4	57	80,8	65	77,0
Material informático/internet***	41	42,4	37	43,4	30	42,6	61	40,6
Outras despesas (inclui intangíveis)* *	179	54,7	157	53,0	107	57,6	291	54,4
Total³*	495	97,0	465	97,5	370	62,2	672	95,2

Análise de variância significativa * (p<0,001) ** (p<0,005) *** (p<0,05)

Total despesas mensais ⁴	(percentagem em coluna)			
	Todos os estudantes	Público Universitário	Público Politécnico	Particular e cooperativo
até 150€	18,9	20,2	21,0	14,6
151-250€	18,9	19,3	24,2	12,8
251-350€	16,2	19,6	19,1	7,8
351-450€	12,4	13,1	13,4	10,2
451-550€	9,8	7,4	8,9	14,7
551-650€	6,8	4,9	5,4	11,4
651-750€	4,0	3,3	1,8	7,5
751-850€	3,4	2,4	2,1	6,1
851€ e mais	9,6	9,8	4,1	14,9

Qui-quadrado significativo (p<0,001)

Nota: 1) Para efeitos do cálculo das médias, apenas se considerou os estudantes com despesas mensais nesse item. Percentagens em proporção de estudantes que, em cada subconjunto, declara ter despesas na dimensão respectiva, face ao total de estudantes no sector/subsistema de ensino correspondente; **2)** Apenas considera valores declarados pelos estudantes que não residem com os pais; percentagem de estudantes com este tipo de despesas face ao total com residência independente, em cada tipo de ensino; **3)** Os valores médios relativos aos totais de despesas nos vários sectores não incluem os pagamentos efectuados pela família em alojamento e serviços associados; **4)** Escalões referenciados aos totais de despesas em dinheiro.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

As distribuições dos escalões de despesas pagas directamente pelos estudantes dos vários sectores reflectem no fundamental as tendências assinaladas: uma maior incidência de estudantes do sector particular e cooperativo nos escalões com maiores encargos (acima dos 451€); uma concentração no sector público nos patamares de despesas inferiores. Sendo que neste sector o sistema universitário, de forma mais incidente do que o politécnico, inclui alguns segmentos com gastos no patamar mais elevado.

6.2. Práticas sociais: o exemplo dos transportes e da alimentação

O presente capítulo perspectiva algumas das práticas que contribuem ora para acentuar, ora para aliviar o orçamento de despesas mensais envolvido na manutenção dos estudantes. Particularmente os comportamentos relacionados com o transporte casa/estabelecimento de ensino (quadro 6.4) e com a alimentação em período lectivo (quadro 6.5).

Quadro 6.4 Meio de transporte utilizado nas deslocações residência/estabelecimento de ensino, por distância percorrida, região de estudo e contextos de residência (em percentagem)

Meio de transporte	Todos os estudantes	Distância casa/escola		Região de estudo					
		Até 5km	≥ 6km	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Ilhas
A pé	19,4	44,7	1,9	19,5	36,5	6,2	45,7	21,9	4,7
Transporte público	41,6	26,8	50,8	34,6	20,3	64,0	14,6	27,4	48,8
Transporte próprio	36,0	25,6	44,1	41,7	40,3	28,0	37,1	45,2	37,2
Outro	3,0	2,9	3,2	4,2	2,9	1,8	2,6	5,5	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Meio de transporte	Contextos de residência				
	Todos os estudantes	Em casa de pais/familiares	Casa própria/ /alugada	Quarto alugado	Residência p/ estudantes
A pé	19,4	2,7	28,4	55,7	56,1
Transporte público	41,6	52,0	30,2	24,4	37,7
Transporte próprio	36,0	42,0	38,4	17,6	4,4
Outro	3,0	3,3	3,0	2,3	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

A larga maioria dos estudantes com residência próxima do estabelecimento de ensino faz o trajecto a pé (45%), estando os restantes repartidos pelo transporte colectivo (27%), e particular (26%). Quanto aos que residem a mais de 5km a maioria opta por recorrer a serviços públicos (51%).

A análise por região destaca que é em Lisboa que os estudantes com maior frequência optam pelo transporte público nas deslocações entre estabelecimento de ensino e residência (64%) ao mesmo tempo que as deslocações a pé são minoritárias (6%). Esta é a prática mais comum na região do Alentejo (onde 46% faz trajecto a pé), detendo um peso expressivo igualmente no Centro (37%), região onde a alternativa mais utilizada é o transporte próprio (40% dos estudantes). É porém no Algarve que as deslocações em automóvel particular são mais frequentes (45%), numa proporção ligeiramente acima da que se regista no Norte (42%).

Na análise destes comportamentos por contexto de residência, de sublinhar o peso muito expressivo de deslocações a pé (56%) quer no caso dos estudantes alojados em quarto alugado, quer em residências; constituindo o transporte público a alternativa mais frequente nos dois conjuntos (38% para os que estão em residências; 24%, no caso dos alojados em quarto alugado).

Quanto às práticas relacionadas com os locais de refeições, no total a opção por comer em casa é a mais frequente tanto no pequeno-almoço, como sobretudo ao jantar. As refeições na cantina/bar da escola são realizadas com maior frequência ao almoço, envolvendo 55% dos estudantes (quadro 6.5).

Os estudantes que mais frequentemente utilizam os serviços da cantina/bar da escola nas suas refeições de almoço vivem maioritariamente a 6 km e mais do estabelecimento de ensino; são estudantes do sector público; com grande probabilidade, residentes ora em alojamentos apoiados pela acção social, ora em quartos alugados; sendo que em termos regionais, optam com maior frequência por comer na cantina/bar da escola, os estudantes do Algarve e da região Centro. Quanto ao jantar, a maioria dos estudantes tende a comer em casa, e quando isso não acontece a alternativa é também a cantina/bar da escola: caso, mais uma vez, dos segmentos de estudantes deslocados, alojados em residências/quartos alugados; alunos do sector público no ensino politécnico; residentes a menos de 5km do estabelecimento de ensino.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

Quadro 6.5 Local de refeições por distância entre residência/estabelecimento de ensino, região de estudo e contextos de residência (em percentagem)

Local	Refeições		
	Pequeno-almoço	Almoço	Jantar
Em casa	85,1	33,7	91,4
Cantina/bar da escola	12,8	55,3	6,7
Restauração comercial	2,1	11,0	1,9
Total	100,0	100,0	100,0

Contextos escolares e residenciais	Almoço				Jantar			
	Em casa	Cantina/bar da escola	Restauração comercial	Total	Em casa	Cantina/bar da escola	Restauração comercial	Total
Distância Casa/escola								
Até 5Km	41,3	53,3	5,4	100,0	87,6	9,8	2,6	100,0
6km e mais	28,0	57,1	14,9	100,0	93,7	4,8	1,5	100,0
Região de estudo								
Norte	33,4	52,5	14,1	100,0	94,3	2,8	2,9	100,0
Centro	35,9	59,2	4,9	100,0	86,0	12,6	1,4	100,0
Lisboa	30,8	56,3	12,9	100,0	91,8	6,6	1,6	100,0
Alentejo	52,1	41,0	6,9	100,0	89,8	8,8	1,4	100,0
Algarve	27,5	68,2	4,3	100,0	97,2	1,4	1,4	100,0
Ilhas	26,8	53,7	19,5	100,0	100,0	-	-	100,0
Estabelecim. de ensino								
Público Universitário	27,4	62,9	9,7	100,0	90,6	6,8	2,6	100,0
Público Politécnico	34,6	61,2	4,2	100,0	87,6	11,3	1,1	100,0
Particular e Cooperativo	42,8	37,2	20,0	100,0	96,7	1,7	1,6	100,0
Contextos de residência								
Casa de pais/ familiares	31,8	55,2	13,2	100,0	96,5	2,3	1,2	100,0
Casa própria/alugada	37,0	51,2	11,8	100,0	89,2	7,9	2,9	100,0
Quarto alugado	36,3	59,2	4,5	100,0	83,8	13,3	2,9	100,0
Residência p/ estudantes	29,5	69,6	0,9	100,0	63,7	34,5	1,8	100,0
Todos os estudantes	33,7	55,3	11,0	100,0	91,4	6,7	1,9	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

De sublinhar, que a alternativa pela restauração comercial, em princípio correspondente à opção mais dispendiosa, acolhe uma minoria de estudantes, sendo mais regular ao almoço, nos contextos onde o serviço da acção social nem sempre é assegurado: é o caso de alunos que frequentam o sector particular e cooperativo, residentes em casa dos pais, a mais de 6km da instituição educativa, em termos regionais, mais frequentemente estudantes das ilhas (no caso do almoço) e da região Norte.

6. PADRÕES DE CONSUMO E PRÁTICAS SOCIAIS

6.3. Avaliações sobre condições de vida

Num balanço final sobre as condições de vida dos estudantes, analisa-se seguidamente as avaliações dos próprios quanto à sua situação financeira, desenvolvida por referência à “relação entre despesas e recursos ao longo dos últimos 6 meses”.

Quadro 6.6 Avaliações dos estudantes sobre a respectiva situação financeira (percentagem em coluna)

Avaliações	Todos os estudantes	Casa dos pais	Casa própria ou alugada	Quarto alugado	Residência estudantes
Situação financeira					
Muito boa, consegui poupar dinheiro	5,2	5,2	5,9	4,3	3,5
Boa, não tive qualquer problema	21,5	24,4	22,8	11,6	9,6
Razoável, pude fazer face às despesas	46,2	45,9	45,2	50,1	42,1
Má, tive que cortar muitas despesas	21,2	18,9	21,9	25,7	32,5
Muito má, tive de recorrer a dinheiro emprestado/ poupanças	5,9	5,6	4,2	8,3	12,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Em todos os segmentos, é preponderante o peso dos que avaliam a sua situação como “razoável, pude fazer face às despesas” (46% do conjunto).

As principais diferenças referem-se à forma como se distribuem os restantes estudantes, pelas avaliações ora de satisfação, ora de insatisfação. Designadamente fazem com maior frequência uma avaliação positiva sobre a sua situação financeira os estudantes que residem em casa dos pais (30%) e os que residem em casa própria ou alugada (28%); estão mais frequentemente insatisfeitos os estudantes alojados em residências e em quartos alugados – quer porque foram obrigados a “cortar muitas despesas” (33% e 26%, respectivamente), quer por terem tido que “pedir dinheiro emprestado/recorrer a poupanças” (12% dos alojados em residências e 8% dos que estão em quartos alugados). Como se referiu antes, estão nestes dois conjuntos, dos que avaliam menos bem a sua situação financeira, boa parte dos estudantes deslocados, muitos dos quais não trabalham, estando dependentes financeiramente do apoio da família de origem e/ou do apoio público.



PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO



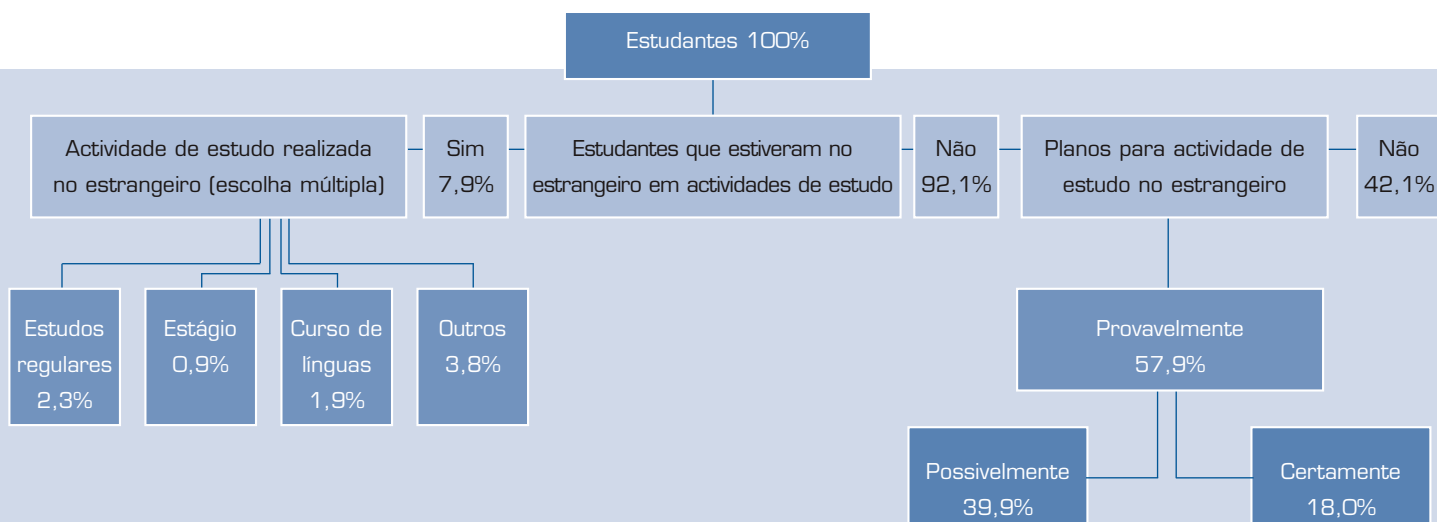
7. PERCURSOS INTERNACIONAIS

O contexto da política educativa é de grande transversalidade no espaço europeu. A Declaração de Bolonha constitui uma das suas mais importantes expressões no que ao ensino superior diz respeito, sendo a mobilidade internacional dos estudantes deste patamar de ensino um dos seus traços mais relevantes. Tal premissa de transnacionalização tem-se intensificado quer no sentido dos objectivos fixados, quer dos processos envolvidos, estando enquadrada pelas condições/concepções e, ainda pelos recursos individuais e institucionais disponíveis.³⁰

Um primeiro objectivo prende-se com uma escolarização alargada da população em patamares superiores. Um outro objectivo relaciona-se com a compatibilização dos sistemas educativos nacionais ao nível do ensino superior, no sentido de uma maior flexibilização e aumento de escolhas e oportunidades dos estudantes europeus. A contribuir para estas dinâmicas estão as premissas fixadas na Declaração de Bolonha (1999). Este instrumento pretende favorecer, entre outros mecanismos europeus para escolarização, a mobilidade dos estudantes do ensino superior no espaço da UE.

No caso português, a taxa de mobilidade dos estudantes para o estrangeiro é relativamente reduzida, pois só 8% é que saem para efeitos de estudo (gráfico 7.1).³¹ Ainda neste seguimento, 58% dos estudantes colocam essa hipótese como provável, mas destes só 18% dão a saída do país como certa; sendo de sublinhar, também, que 42% não planeiam no futuro qualquer actividade de estudo no estrangeiro.

Figura 7.1 Indicadores de caracterização dos percursos de internacionalização (em percentagem)



Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

³⁰ Veja-se a este propósito diversas referências a documentos electrónicos na bibliografia.

³¹ Para uma perspectiva comparativa internacional, consultar <http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/frameset.htm>, onde já em 2000 todos os países participantes tinham taxas de internacionalização dos seus alunos mais elevadas e também (Antunes, 2003).

7. PERCURSOS INTERNACIONAIS

Os estudantes que apresentam maior mobilidade de acordo com o subsistema de ensino são os do universitário público, que ultrapassam já os 10% (quadro 7.1). Valores muito inferiores tem o ensino politécnico; com 3% não chega a metade dos anteriores. O ensino privado situa-se numa posição intermédia, com 8% dos seus estudantes a terem experiências de estudo no estrangeiro.

Quanto à área de estudo é entre os inscritos na agricultura que se observa maior taxa de mobilidade, de resto as diferenças não são estatisticamente significativas (com um qui-quadrado não significativo) e analiticamente relevantes.³²

Quadro 7.1 Taxa de mobilidade internacional segundo o tipo de instituição (em percentagem)

Tipo de instituição	Taxa de mobilidade
Ensino superior público universitário	10,5
Ensino superior público politécnico	3,4
Ensino superior particular e cooperativo	8,3
Total	7,9

Nota: Qui-quadrados significativo ($p < 0,001$).

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

A grande fonte de financiamento dos estudantes com actividades de estudo no estrangeiro é privada (36%). Mais uma vez é a família que garante a sustentabilidade de forma mais alargada, sendo a fonte de rendimento para cerca de 21% destes estudantes. Um pouco mais de 10% do segmento de estudantes em análise trabalha de forma remunerada enquanto está no estrangeiro.

Quadro 7.2 Fontes de financiamento relacionadas com actividades de estudo no estrangeiro (em percentagem)

Fontes de rendimento no estrangeiro	%
Família/pais	21,2
Trabalho remunerado realizado previamente	3,9
Trabalho remunerado no estrangeiro	10,6
Financiamento privado	35,7
Apoio dos sistema público nacional	1,6
Bolsa de estudo nacional	8,1
Bolsa de estudo da União Europeia	5,4
Bolsa do país onde esteve a estudar	18,7
Financiamento público	33,8
Outras fontes	30,5
Financiamento total (privado + público + outros)	100,0

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Os apoios públicos nacionais não atingem mais do que 10% (e destes, 8% são os apoiados com uma bolsa). Talvez esta pouca abrangência financeira por parte do estado constitua um dos principais desincentivos à mobilidade para fora do país. Tanto assim é que, de acordo com as declarações dos estudantes, os estados acolhedores financiam de forma mais substancial as suas estadias por motivos de estudo (19%).

³² De qualquer das formas, esta informação pode ser consultada no Eurostudent 2005 (online: template 45), em <http://www.his.de>.



8. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

No âmbito da transnacionalização política ao nível da educação terciária e da construção de um espaço europeu da informação e do conhecimento, a mobilidade internacional coloca-se como um elemento decisivo na sua concretização. Neste processo o domínio de algumas competências-chave, ditas transversais, como é o caso, por exemplo, da proficiência em línguas estrangeiras, é incontornável, podendo constituir quando não acautelado um verdadeiro obstáculo à sua realização.

Nesta orientação analítica, a presente reflexão tem por referência uma questão colocada nos seguintes termos aos estudantes: “Qual o seu conhecimento actual de línguas estrangeiras?”. As respostas a esta pergunta traduzem, pois, auto-apreciações dos estudantes quanto ao maior ou menor domínio das várias línguas e não, necessariamente, a um conhecimento efectivo (ver quadro 8.1).

Quadro 8.1 Proficiência em línguas estrangeiras (em percentagem)

Línguas	Conhecimento de línguas ¹					Total
	1 (fluente)	2	3	4	5 (muito fraca)	
Inglês	29,6	35,1	22,3	8,5	4,5	100,0
Francês	6,4	15,1	31,6	29,1	17,8	100,0
Espanhol	5,2	11,8	31,5	25,2	26,3	100,0
Italiano	0,4	2,5	9,9	26,7	60,5	100,0
Taxa de proficiência ²	39,5	35,4	19,3	4,5	1,3	100,0

Nota: 1) Escala de conhecimento em línguas, onde 1= fluência em pelo menos uma língua estrangeira; 2= conhecimento “bom” (mas nunca muito bom) em pelo menos uma língua estrangeira, etc. referenciada a uma lista de 13 línguas acrescida da opção “outra língua”. **2)** Taxa de proficiência: distribuição dos estudantes de acordo com o grau de conhecimento de línguas estrangeiras, onde 1=tem um conhecimento muito bom pelo menos numa língua; 5=é muito fraco em qualquer língua estrangeira.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

O quadro 8.1 assinala as línguas mais nomeadas pelos estudantes e respectivo grau de proficiência. O inglês é claramente a língua que os estudantes consideram melhor dominar – pouco mais de um terço avalia a sua fluência como boa (35%) e, com valores sensivelmente inferiores, muito boa (30%). Quanto à segunda língua estrangeira, cerca de 1/5 refere o francês, mas neste caso apenas uma pequena proporção (6%) considera ter um conhecimento muito bom. O espanhol embora com pouca incorporação no sistema de ensino secundário é apontado como terceira língua (17%, dos quais 5% muito, 12% bom). Com peso residual, o italiano aparece nomeado por 3% dos respondentes, como boa ou muito boa fluência.

8. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

No conjunto 75% dos estudantes declara ser fluente em pelo menos uma língua estrangeira (40%, muito; 35%, bom) (quadro 8.1). Por outro lado, sendo minoritários os que avaliam um domínio fraco (5%) ou muito fraco (1%), há ainda um segmento que se coloca num nível intermédio (19%), considerado nos padrões internacionais como não proficiente (ver National Profile, Eurostudent 2005, template 41). Além disso, a generalidade dos estudantes tende a conhecer apenas uma única língua estrangeira.

Neste sentido, os dados indicam, pois, que há ainda um caminho a percorrer no que respeita ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras por parte, designadamente, dos estudantes que frequentam o ensino superior em Portugal. Sobretudo, considerando a importância desta aprendizagem para uma efectiva abertura e promoção da mobilidade internacional.

Quadro 8.2 Proficiência em línguas por mobilidade internacional (em percentagem)

Estudou no estrangeiro	Proficiência em línguas ¹					Total
	1 (fluente)	2	3	4	5 (muito fraca)	
Sim	60,6	25,5	11,3	1,7	0,9	100,0
Não	37,9	36,3	20,0	4,6	1,2	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Nota: 1) Ver nota ao quadro 8.1.

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Como se observa no quadro 8.2, os estudantes que tiveram já uma experiência de estudo no estrangeiro com maior frequência do que os restantes colegas têm um domínio bom (26%) e muito bom (61%) de pelo menos uma língua estrangeira. As duas variáveis (domínio de língua e mobilidade, no caso, respeitante à experiência de estudos num país estrangeiro) estão pois significativamente relacionadas, embora não se possa daqui concluir se a melhor proficiência em línguas por parte destes estudantes seja causa ou efeito da estadia no estrangeiro.

O quadro 8.3 relaciona ainda a proficiência em línguas estrangeiras (pelo menos uma língua) com os padrões de escolaridade relativos à família de origem dos estudantes. A correlação entre estes dois vectores analíticos é também muito significativa. Ou seja, quanto maior o nível de escolaridade dos pais, melhor a fluência em línguas, isto no que respeita ao grau mais elevado da escala respectiva (muito boa/fluente).

8. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Quadro 8.3 Proficiência em línguas por escolaridade dos pais (em percentagem)

Proficiência	Escolaridade dos pais			Total
	até básico	secundário	superior	
Muito boa	31,9	40,6	49,2	39,5
Boa	35,8	34,0	35,8	35,5
Suficiente	23,5	22,1	12,3	19,3
Insuficiente	7,1	2,5	2,0	4,5
Muito fraca	1,7	0,8	0,7	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,001$)

Fonte: CIES-ISCTE, Eurostudent 2004.

Tal remete para que contextos familiares culturalmente mais favorecidos proporcionem um reforço de competências, nomeadamente ao nível da aprendizagem das línguas, que, como se viu, está relacionada com a saída para o estrangeiro em actividades de estudo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos científicos

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Anália Torres (2000), "A sociedade", em António Reis (org.), *Portugal Anos 2000: Retrato de um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 36-72.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins, e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Antunes, Fátima (2003), *Políticas Educativas Nacionais e Globalização: Novas Instituições e Processos Educativos: O Subsistema de Escolas Profissionais em Portugal (1987-1998)*, dissertação de doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 9-46.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA-Formação.
- INE (2002), *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação*, Resultados Definitivos, Lisboa, INE.
- Lewis Suzan, Janet Smithson, Júlia Brannen, Maria das Dores Guerreiro, Clarissa Kugelberg, Ann Nilsen e Pat O'Connor (1999), *Futuros em Suspensão: Jovens Europeus Falam Acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE/CE, DGV: Emprego e Assuntos Sociais.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Martins, Susana da Cruz, e Rosário Mauritti (2004), "Eurostudent-survey: operational and methodological notes", *Working-paper*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Pais, José Machado (1996), "A geração yô-yô", em *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces Outros Olhares: As Ciências Sociais nos Países de Língua Portuguesa e os Desafios Contemporâneos*, Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Julho de 1994.
- Rudd, Peter, e Karen Evans (1998), "Structure and agency in youth transitions: student experiences of vocational further education", *Journal of Youth Studies*, 1 (1), pp. 39-62.
- Schneider, Judy (2000), "The increasing financial dependency of young people on their parents", *Journal of Youth Studies*, 3 (2), pp. 5-20.
- Wyn, Johana, e Peter Dwyer (1999) "New directions in research on youth in transition" *Journal of Youth Studies*, 2 (1), pp 5-21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos electrónicos

- Comissão das Comunidades Europeias (2003), Commission staff working document. Implementation of the "Education & Training 2010", SEC (2003) 1250, em <http://europa.eu.int/comm/education/policies/2010/doc/staff-work> (Dezembro, 2003).
- Conselho «Educação, Juventude e Cultura» (2003), (2503ª sessão), 8430/03 (presse 114), em <http://eu.eu.int/pressData/pt/educ/75747.pdf> (Dezembro, 2003).
- Copenhagen Coordination Group (2003), *Enhanced Cooperation in Vocational Education and Training: Stocktaking report of the Copenhagen Coordination Group, October 2003*, em <http://europa.eu.int/comm/education> (Dezembro, 2003).
- Council of the European Union (2004), *Education & Training 2010: The Success of the Lisbon Strategy Hinges on Urgent Reforms*, doc 6905/04 Educ 43, em <http://europa.eu.int/comm/education> (Maio, 2004).
- Declaração de Bolonha (1999), *Joint Declaration of the European Ministers of Education*, Convened in Bologna on the 19th of June 1999, em http://www.europa.eu.int/comm/education/bologna_en.html (Novembro, 2003).
- Eurostudent Project, em <http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/frameset.htm>. (Outubro, 2003).
- INE, em <http://www.ine.pt/PI/genero/Principal.aspx> (Janeiro, 2005).
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2004), "Uma abordagem multidimensional dos padrões de vida na sociedade portuguesa: potencialidades sociológicas da análise de microdados", Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm> (Maio, 2004) (edição em CD ROM, no prelo).
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise", Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm> (Maio, 2004) (edição em CD ROM, no prelo).
- Newsletter, (2003), Education and Culture at a Glance, Newsletter 14 July 2003, em <http://europe.eu.int/comm/dgs/education-culture/publ/news/newsletter> (Dezembro, 2003)
- Portugal, Pedro (2004), "Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados", Boletim Económico, Banco de Portugal, Março de 2004, em http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004_1_3_p.pdf (Fevereiro, 2005).
- Processo de Bolonha em http://www.mces.gov.pt/docs/ficheiros/processo_bolonha_0.pdf (Maio, 2004).
- Sorbonne Joint Declaration (1998), Sorbonne Joint Declaration. Joint Declaration on Harmonization of the Architecture of the European Higher Education System by the four Ministers in Charge for France, Germany, Italy and the United Kingdom. Paris, the Sorbonne, May 25 1998, em http://www.bologna-berlin2003.de/pdf/Sorbonne_declaration.pdf (Novembro, 2003).
- Towards a European Area of Higher Education and Research: Strategies and Perspectives, em http://www.bologna-berlin2003.de/de/aktuel/Friedrich/Friedrich_Interview_eng.htm (Novembro, 2003).



Ficha Técnica

ELABORAÇÃO DO ESTUDO - CIES/ISCTE

Susana da Cruz Martins
Rosário Mauritti
António Firmino da Costa

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - DGES/MCTES

Elsa Justino
Joaquim Silva Pereira
Jorge Pedreira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Fátima Ferreira

DESIGN E PAGINAÇÃO

Formiga Luminosa, Construtora de Imagem
Tel. 21 855 13 05
Fax: 21 855 13 06
formigaluminosa@netcabo.pt

COLECCÃO

Temas e Estudos de Acção Social – 5

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

DSAS - Direcção de Serviços de Acção Social
Direcção-Geral do Ensino Superior
Av. Duque d'Ávila, nº 137 - 1º
1069-106 LISBOA
Tel. 213 126 000
bolsas@fae.pt
www.asocialensinosuperior.pt

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Ligrate – Atelier Gráfico, Lda

DEPÓSITO LEGAL

227724/05

TIRAGEM

1 000 exemplares
Lisboa, Maio de 2005